



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1218/2025
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 021/2025
OBRA COMUM DE ENGENHARIA (Art. 6º, XII, XXIX, XXXVIII c/c art. 55, II, “a”)

1. Preâmbulo/Convocação
2. Objeto
3. Previsão de recursos orçamentários
4. Esclarecimentos e impugnação ao edital
5. Vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato
6. LGPD
7. Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006
8. Participação de consórcios
9. Participação dos profissionais organizados sob a forma de cooperativa
10. Regras gerais para documentação
11. Fases de PROPOSTA e HABILITAÇÃO
12. Propostas
13. Verificação de impedimentos no CEIS e CNEP
14. Julgamento das propostas
15. Habilitação
16. Recursos e Pedidos de Reconsideração
17. Adjudicação e Homologação
18. Contrato Administrativo (regras para formalização, gestão e fiscalização)
19. Recebimento do objeto
20. Pagamento
21. Penalidades
22. Disposições finais
23. Anexos:
 - I - Estudo Técnico Preliminar – ETP (**ANEXO I**)
 - II - Termo de Referência – TR (**ANEXO II**)
 - III - Declaração inexistência de impedimentos (**ANEXO III**)
 - IV - Declaração LGPD (**ANEXO IV**)
 - V - Declaração para LC 123/2006 (**ANEXO V**)
 - VI - Proposta + Declaração art. 63, § 1º + Declaração art. 45 (**ANEXO VI**)
 - VII - Declaração art. 63, I – atende os requisitos de habilitação (**ANEXO VII**)
 - VIII - Declaração art. 63, IV – PcD e reabilitado da Previdência Social (**ANEXO VIII**)
 - IX - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 68, VI) (**ANEXO IX**)
 - X - Declaração de realização/não realização de visita técnica (**ANEXO X**)
 - XI - Contrato Administrativo (**ANEXO XI**)
 - XII - Municípios que fazem parte da AMERIOS (**ANEXO XII**)



1. PRÊAMBULO

1.1. O Município de Caibi, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.940.776/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, senhor **Eder Picoli**, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo licitatório:

I - **Regime legal:** [Lei nº 14.133/2021](#), Lei Complementar nº 123/2006 (art. 4º da lei 14.133/2021) e Legislação Municipal

II - **Modalidade:** Concorrência (art. 6º, XXXVIII)

III - **Critério de Julgamento:** Menor preço – art. 34

IV - **Modo de disputa:** Aberto

V - **Intervalo entre lances:** R\$ 10,00 (dez reais)

VI - **Regime de Execução Indireta (art. 46):** **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**

VII - **Forma:** Eletrônica (art. 17, § 2º)

VIII - **Plataforma:** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

IX - **Data da Sessão Pública:** 16/01/2026 (10 dias úteis - art. 55, II, “a”)

X - **Recebimento das propostas das 08h00min horas do dia 24/12/2025 até as 08h00min do dia 16/01/2026;**

XI - **Horário de início da Sessão Pública:** 08h00min (horário de Brasília/DF)

XII - **Abertura das propostas:** 16/01/2026 às 08h01min;

XIII - **Condução do processo licitatório:** Agente Contratação – Diana Aparecida Canello. Equipe de apoio: Cleverson Cason e Elizandra Dossena. (Decreto Municipal nº 078/2025).

2. OBJETO

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO RÍGIDA EM CONCRETO REFORÇADO COM FIBRA NA ÁREA INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE CAIBI, TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E DEMAIS ANEXOS.

Item	Qtd	Und	Descrição	VI. Unit. (c/BDI)	VI. Total (c/BDI)
1	5235	M²	Mão de obra para pavimentação em concreto, conforme as especificações técnicas e o projeto executivo fornecido pelo município de Caibi/SC, sendo que os serviços compreendem a aplicação do concreto com espessura definida em projeto, incluindo o fornecimento e utilização de formas metálicas ou em fibra,	R\$ 25,40	R\$ 132.969,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		compatíveis com a espessura e dimensões da via, devidamente niveladas e alinhadas para garantir o correto acabamento e a conformidade com o projeto técnico. A execução deverá atender às seguintes condições mínimas: - aplicação do concreto sobre base devidamente preparada e regularizada, com a instalação de lona plástica entre a base e o pavimento, conforme orientação técnica; - o concreto deverá ser vibrado mecanicamente, com o uso de vibradores de imersão, garantindo a perfeita compactação, evitando vazios e proporcionando maior resistência e durabilidade ao pavimento; - o nivelamento e acabamento deverão ser realizados com régua vibratória treliçada, de tamanho suficiente para atender à largura total da pista a ser pavimentada, assegurando planicidade e caimento conforme o projeto além de acabamento com desempeno; - deverá ser feita a instalação de barras de transferência, conforme as especificações e dimensões definidas no projeto, de modo a garantir a adequada transferência de cargas entre as placas de concreto; - após a cura inicial, deverá ser executado o corte das juntas de retração e dilatação, conforme especificações do projeto, com equipamentos adequados que garantam cortes uniformes e precisos;		
--	--	--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			- deverá ser realizada a aplicação de cura química em toda a superfície do pavimento, de forma homogênea e contínua, a fim de evitar a perda precoce de água e garantir o ganho adequado de resistência do concreto. - todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da ABNT, especificações do DNIT e demais legislações aplicáveis, sob supervisão técnica e acompanhamento da equipe de engenharia do município.																																									
2	629	M³	Concreto usinado mínimo fk 30, reforçado com fibra de polipropileno CRF50/4 (45mm), resistente à alcalinidade para garantir a durabilidade do concreto, deve atender aos seguintes requisitos: - adicionamento de redutor de retração de 8,0 kg/m³; - resistência mínima à compressão de 30 MPA aos 28 dias; - teor mínimo de 4,5 kg/m³ de fibra de polipropileno CRF50/4; - módulo de elasticidade da macro fibra entre 6 e 9 GPA; - apresentação de laudo de acordo com a norma NBR 16940; - atendimento aos resultados mínimos definidos na norma de ensaio NBR 16940. <table><tr><th>CARACTERÍSTICAS</th><th>Unid.</th><th>Valor</th></tr><tr><td>1.Resistência à Compressão (fck)</td><td>MPa</td><td>30</td></tr><tr><td>2.Resistência Tração na Flexão (fctM,K)</td><td>MPa</td><td>4,2</td></tr><tr><td>3.Abatimento (Slump Test)</td><td>mm</td><td>100 a 120</td></tr><tr><td>4.Módulo de Elasticidade</td><td>GPa</td><td>Entre 26 e 30</td></tr><tr><td>5.Teor de ar incorporado</td><td>%</td><td><3,0</td></tr><tr><td>6. Exsudação</td><td>%</td><td><2,0</td></tr><tr><td>7.Retração por secagem</td><td>%</td><td><0,02</td></tr><tr><td>8.Relação Água/Cimento</td><td>-</td><td><0,5</td></tr><tr><td>9.Tempo de início de pega</td><td>Horas</td><td>Aprox. 4 horas</td></tr><tr><td>10.Teor de Argamassa</td><td>%</td><td>48 a 52</td></tr><tr><td>11.Consumo de Cimento</td><td>Kg/m³</td><td>>350</td></tr><tr><td>12. Aditivo Redutor de Retração</td><td>Kg/m³</td><td>8</td></tr></table> A escolha dos materiais utilizados para a produção do concreto deverá ser orientada pelas normas e princípios da ABNT. Deverá ser empregado cimento tipo CP-II. Os cimentos com elevados teores de	CARACTERÍSTICAS	Unid.	Valor	1.Resistência à Compressão (fck)	MPa	30	2.Resistência Tração na Flexão (fctM,K)	MPa	4,2	3.Abatimento (Slump Test)	mm	100 a 120	4.Módulo de Elasticidade	GPa	Entre 26 e 30	5.Teor de ar incorporado	%	<3,0	6. Exsudação	%	<2,0	7.Retração por secagem	%	<0,02	8.Relação Água/Cimento	-	<0,5	9.Tempo de início de pega	Horas	Aprox. 4 horas	10.Teor de Argamassa	%	48 a 52	11.Consumo de Cimento	Kg/m³	>350	12. Aditivo Redutor de Retração	Kg/m³	8	R\$ 800,00	R\$ 503.200,00
CARACTERÍSTICAS	Unid.	Valor																																										
1.Resistência à Compressão (fck)	MPa	30																																										
2.Resistência Tração na Flexão (fctM,K)	MPa	4,2																																										
3.Abatimento (Slump Test)	mm	100 a 120																																										
4.Módulo de Elasticidade	GPa	Entre 26 e 30																																										
5.Teor de ar incorporado	%	<3,0																																										
6. Exsudação	%	<2,0																																										
7.Retração por secagem	%	<0,02																																										
8.Relação Água/Cimento	-	<0,5																																										
9.Tempo de início de pega	Horas	Aprox. 4 horas																																										
10.Teor de Argamassa	%	48 a 52																																										
11.Consumo de Cimento	Kg/m³	>350																																										
12. Aditivo Redutor de Retração	Kg/m³	8																																										



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

			adições devem ser evitados por serem problemáticos na fase de acabamento do concreto. Os agregados miúdos deverão ser preferencialmente em areia natural de origem quartzosa, de granulometria média a grossa, ou areia artificial oriunda da britagem de rochas, convenientemente dosada com areia natural para corrigir deficiências de finos. Deve-se atentar para o fato de que o agregado miúdo irá afetar basicamente a trabalhabilidade do concreto sendo que, se for empregado material muito fino, irá facilitar as operações de acabamento; mas com aumento da demanda de água, no outro extremo, a adoção de areias grossas dificulta o acabamento, tornando a mistura áspera e favorecendo a exsudação do concreto (muito embora possa ocorrer redução do volume de água). Agregado graúdo deve ser formado pela mistura apropriada das britas 1 e 2 de maneira a formar uma granulometria aproximadamente contínua e com baixo volume de vazios. Os agregados deverão obedecer aos requisitos das normas de ABNT.		
3	960	Und	Barra de Transferência Ø16,00mm DE 35cm em aço CA – 25 liso	R\$ 8,61	R\$ 8.265,60
4	523 5	M²	Lona plástica extra forte preta, e = 200 micras	R\$ 2,72	R\$ 14.239,20

2.2. O objeto está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – (**ANEXO I**) e no Termo de Referência (**ANEXO II**).

2.3. Valor do objeto **R\$ R\$ 658.673,80 (Seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e setenta e três reais e oitenta centavos).**

3. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2026.

Fonte	Desp	Projeto Atividade	Nome Projeto/Atividade	do	Elemento	Descrição do Elemento
-------	------	----------------------	---------------------------	----	----------	--------------------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

170170 000012	1965	22.0661.00 20.1024	Infraestrutura do Perímetro Industrial	3449	Outras obras e instalações
------------------	------	-----------------------	---	------	-------------------------------

3.2. Os recursos serão próprios do município de Caibi – SC e emenda estadual.

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164).

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú.).

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º).

5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

I - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação (art. 14, IV);

VI - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si (art. 14, V);

VII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

VIII - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

IX - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

X - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

XI - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

5.2. O licitante **deverá** apresentar declaração que não incorre nos impedimentos **(ANEXO III)**.

6. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

6.1. Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

6.2. O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.3. O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

6.4. O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar **(ANEXO IV)**.

6.5. É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6.6. O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

6.7. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

6.8. O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

6.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

6.10. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

6.11. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

6.12. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

6.13. A LICITANTE a fim de obter maiores informações, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail licitacao@caibi.sc.gov.br.

7. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1. Conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, exceto (art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.2. A Lei Complementar nº 123/2006, conforme art. 1º, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7.3. Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 3º):

- I -** Sociedade empresária;
- II -** Sociedade simples;
- III -** Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;
- IV -** Empresário a que se refere o art. 966 do [Código Civil](#):
 - a)** Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (art. 966, *caput*);
 - b)** Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa (art. 966, parágrafo único).

7.4. Aplica-se a este Edital o disposto no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estabelecendo-se a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local e regional que façam parte da **AMERIOS (Associação do Município Entre Rios), (ANEXO XII)**, nos termos e limites Decreto Municipal nº 234/2022 de 29 de setembro de 2022, especificamente, no art. 20, alíneas “a” e “b” e, no que for omissivo, pelo Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

7.4.1. Na primeira chamada prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas **LOCAL** até o limite de 10% do melhor preço válido. (art. 48 § 3º Lei 123/06. Prejulga do TC/SC 2205).

7.4.2. Caso não houver (existir) empresas locais a prioridade de contratação será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido. (art.48 § 3º Lei 123/06. Prejulgado TC/SC 2205).

7.4.3. Fundamenta-se a aplicação do instituto da prioridade de contratação, até o limite de legal do menor preço válido, de empresas sediadas no local, com base na no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 234/2022, de 29 de setembro de 2022, que estabelece o tratamento diferenciado, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

7.4.4. Justifica-se a utilização do instituto da prioridade de contratação de empresas sediadas no âmbito local em razão:

7.4.5.1. Do fortalecimento do comércio local e consequente desenvolvimento proporcionado ao Município através dos impostos que são gerados e que,



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

reinvestidos, convertem-se em novos bens e serviços oferecidos à população do Município;

7.4.5.2. Da agilidade na entrega e execução de serviços, os quais têm seus custos barateados no que tange aos valores referentes ao frete e demais custos em razão da distância entre o Município e a empresa;

7.4.5.3. Da expansão quantitativa e qualitativa no campo econômico, social e ambiental, com ativação do desenvolvimento socioeconômico local e aumento da prosperidade econômica, com aumento de empregos e melhor distribuição de renda.

7.5. As microempresas ou empresas de pequeno porte indicadas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 devem estar devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- I - No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- II - No caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
- III - No caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.6. Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam ao Microempreendedor Individual – MEI que (art. 18-A, § 1º):

- I - Tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais);
- II - Optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no art. 18-A da LC 123/2006;
- III - Seja empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 do [Código Civil](#).

7.7. Também se considera Microempreendedor Individual – MEI para a Lei Complementar nº 123/2006 o empreendedor que exerça:

- I - As atividades de que trata o § 4º-A do art. 18-A:
§ 4º-A Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.
- II - As atividades de que trata o § 4º-B do art. 18-A, estabelecidas pelo CGSN:
§ 4º-B O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.

III - As atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural.

7.8. As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ([Lei nº 11.488/2007](#), art. 34).

7.9. Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II) (**ANEXO V**).

7.10. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8.1. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV).

8.2. A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V).

8.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º).

8.4. Na fase de habilitação:

I - TÉCNICA: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte);

II - ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte);

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção (art. 15, § 1º); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º).

8.5. A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

9. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

9.1. Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

a) [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#) – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

b) [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#) – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOB; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

c) [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#) – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

9.2. Conforme art. 34 da [Lei nº 11.488/2007](#), aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

10. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

10.1. Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, sendo que a decisão sobre tal desatendimento poderá ser precedida de parecer jurídico;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11. FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1. Para este certame, a fase de PROPOSTA será anterior à fase de HABILITAÇÃO.

11.2. A fase RECURSAL será única (art. 165, § 1º, II).

12. DAS PROPOSTAS

12.1 - Os licitantes encaminharão, **exclusivamente**, por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, contendo marca, valor unitário, valor total de cada item e demais informações necessárias, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

12.1.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

12.1.3 - A PROPOSTA DE PREÇOS, NESTE MOMENTO, NÃO DEVERÁ CONTER DADOS QUE IDENTIFIQUEM A LICITANTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

12.1.4 - Quando a marca identificar a empresa este campo deverá ser preenchido como “marca própria”.

12.2 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

12.2.1 - As Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do artigo 3º da Lei



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Complementar Federal nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

12.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12.4 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

12.5 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

12.6 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

12.7. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos, que não correspondam às especificações contidas no instrumento convocatório e Anexos deste Edital, serão desconsiderados.

12.8. Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

12.8.1. Preço unitário para o item, em moeda corrente nacional, em algarismos, e, com no máximo duas casas decimais após a vírgula;

12.8.2. Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante às exigências editalícias;

12.8.3. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação assim como as despesas eventuais com assistência técnica para prestação da garantia;

12.8.4. Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, nos termos do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021 o qual será contado a partir da data da sessão de abertura da Sessão Pública, estabelecida no item 01 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento;

12.8.5. A licitante contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

12.9. Poderão ser admitidos pelo Agente de Contratação erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

12.10. Os licitantes poderão participar com uma única marca por item, sob pena de desclassificação.



12.11. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.

12.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

12.1.1. Para elaboração das propostas o licitante deve:

- I - Apresentar sua proposta com valor não superior ao valor máximo indicado pela Administração Pública Municipal (art. 24);
- II - Elaborar sua proposta levando em consideração a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem ou serviço (art. 25, § 2º).

12.1.2. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do [Código Penal](#)¹.

12.1.3. O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

12.1.4. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.1.5. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

12.1.6. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

12.1.7. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.1.8. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, na plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

12.1.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **agente de contratação** e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.1.10. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

12.1.11. Aberta a etapa de lances, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de R\$ 5,00 (cinco) reais, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

¹ Violação de sigilo em licitação

[Art. 337-J](#). Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000

<http://www.caibi.atende.net>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

12.1.12. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO:

I - ABERTO:

- a)** 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;
- b)** A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;
- c)** Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;
- d)** Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o **agente de contratação**, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- e)** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;
- f)** Durante o envio de lances, o **agente de contratação** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;
- g)** Se ocorrer a desconexão do **agente de contratação** no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.2.1. Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação concederá o prazo mínimo de **02 (duas) horas, para negociação de melhor preço, e envio das propostas readequadas**, diretamente no sistema da plataforma, podendo tal prazo ser prorrogado no máximo por igual período, levada em consideração a complexidade do objeto a ser licitado, o número de itens do processo licitatório ou outras particularidades do caso concreto, sempre fundamentado e comunicado via chat tal prorrogação.

Obs. 1: A proposta readequada, a ser anexada no sistema eletrônico de licitação, deverá ser de acordo com a planilha de custos constante no projeto básico, ou seja, deverá ser especificada item por item, tal como a planilha original, com os valores devidamente readequados, conforme proposta do licitante vencedor, não ensejando, sob nenhuma hipótese, direito de aditivo, no caso de o licitante deixar de transcrever e/ou ajustar o valor de item da planilha de custos.

Obs.2: O cadastramento e envio de propostas readequadas, diretamente na plataforma de licitação eletrônica, é condição indispensável para posterior adjudicação do processo licitatório, sendo que o não envio da proposta



readequada, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação, importará na desclassificação do proponente.

12.3. No caso de a desconexão do **agente de contratação** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio do Portal de Compras Públicas.

13. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

13.1. Encerrada a etapa de lances, **o agente de contratação e equipe de apoio**, verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>);

II - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form).

13.2. A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do art. 12 da [Lei nº 8.429/1992](#) (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências).

13.3. A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do [Código Penal](#)².

14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Contiverem vícios insanáveis;
- II -** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III -** Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV -** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
- V -** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- VI -** Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas

² *Contratação inidônea*

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do *caput* deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.2. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.3. EXEQUIBILIDADE:

14.3.1. A Administração Pública Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto em IV do tópico 14.1 (art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.3.2. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA: no caso de a proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deve o licitante apresentar garantia, equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas neste edital (art. 59, § 5º).

14.3.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a:

- I - SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA: **75%** do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal (art. 59, § 4º).

14.4. EMPATE:

14.4.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

- I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;
- III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
- IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

14.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA:

14.5.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
- II - Empresas brasileiras;
- III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

14.5.2. Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7), se procederá da seguinte forma:

I - O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;

II - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.6. NEGOCIAÇÃO:

14.6.1. Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

14.6.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.6.3. A negociação será conduzida pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.7. Se a proposta for desclassificada o **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual terá o tempo máximo de 1 (hora) para anexar no sistema (art. 63, II).

15.2. O **agente de contratação** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.



15.3. As declarações exigidas neste edital NÃO poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no chat do sistema.

15.3.1 O Licitante, além do envio de todos os anexos exigidos no presente instrumento legal, deverá marcar, no próprio sistema, as declarações exigidas (desde que atenda as mesmas), sob pena de inabilitação, caso comprovada a omissão ou prestação de informação falsa.

15.4. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a título de esclarecimentos de eventuais dúvidas da comissão, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo agente de contratação, sob pena inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

15.5. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

15.6. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

15.7. Em se tratando de licitante indicado no tópico 7, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal.

15.8. A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao agente de contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.9. PESSOA JURÍDICA:

I - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei – (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) (**ANEXO VII**);

II - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021) (**ANEXO VIII**);

III - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI) (**ANEXO VI**);

IV - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 68, VI) (**ANEXO IX**).

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

V - Registro Comercial, no caso de empresa individual;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- VI -** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor devidamente registradas, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- VII -** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- VIII -** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- IX -** Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento com Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades Simples, que não registram seus atos na junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006. A Certidão deve ser atualizada, ou seja, emitida a menos de 90 (noventa) dias da data marcada para abertura da presente Licitação.

HABILITAÇÃO FISCAL:

- X -** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ com cartão **atualizado**;
- XI -** Certidão de Débitos Relativos a Créditos **Tributários Federais e à Dívida Ativa da União** ([Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.](#));
- XII -** Prova de regularidade com a fazenda **ESTADUAL da sede da empresa**;
- XIII -** Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**;
- XIV -** Prova de regularidade com a **fazenda MUNICIPAL da sede da empresa**.

DÉBITOS TRABALHISTAS:

- XV -** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, disponível no site: www.tst.jus.br.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- XVI -** Certidão Negativa de Falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica interessada;
- XVII -** **Balço patrimonial** e demonstrações contábeis e notas explicativas do último exercício social, devidamente registrados na junta comercial ou órgão competente já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

Observações: serão considerados aceitos como **na forma da lei** o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

Publicados em Diário Oficial; ou

Publicados em jornal de grande circulação; ou

Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

Por fotocópia, extraída do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**, ou em outro órgão equivalente.

3) Sociedade criada no exercício em curso:

Mediante apresentação de tão somente Balanço de Abertura, devidamente registrada na Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, ou ainda, Declaração do Contador ou Técnico Contábil (com firma reconhecida), assinada por profissional devidamente registrada no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

4) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

XVIII - Registro ou inscrição na entidade profissional competente, da pessoa jurídica (empresa) e pessoa(s) física(s) – ((profissional(ais) responsável(eis)));

Obs: Em caso de empresa sediada em outro estado, deverá constar visto da entidade competente de Santa Catarina, no momento da assinatura contratual.

XIX - Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, limitada as exigências a:

1) - Demonstração de capacidade técnico profissional, através de comprovação de que a proponente possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços semelhantes, **limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, esta aplica-se a parte estrutural do objeto**, devendo ainda, para tal, juntar os seguintes documentos para fins de comprovação:

1a)- Certidão de acervo técnico – CAT.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

1b)- Cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o responsável técnico indicada pertença ao quadro permanente da empresa proponente.

15.11. As licitantes na condição de microempresas ou empresas de pequeno porte, enquadradas de acordo com a Lei 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, deverão apresentar a certidão simplificada da junta comercial ou declaração assinada pelo representante legal e contador com validade de 90 (noventa) dias.

15.12. As Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

15.13. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei Complementar N° 147/2014 será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.14. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

16. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

16.1. Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Julgamento das propostas (art. 165, I, “b”);
- II -** Ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, I, “c”);
- III -** Anulação ou revogação da licitação (art. 165, I, “d”);
- IV -** Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 165, I, “e”).

16.2. Se apresentado recurso em virtude do disposto nas letras “a” e “b” do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;
- II -** A apreciação dar-se-á em fase única.

16.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

16.4. Apresentado recurso, será aberto prazo para apresentação de contrarrazões, será o mesmo do recurso - 3 (três) dias úteis - e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

16.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

16.6. Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso e as contrarrazões.

16.6.1. Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

16.7. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

16.8. Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico (art. 165, II da Lei nº 14.133/2021).

16.9. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 166, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

16.9.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 166, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

16.10. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167 da Lei nº 14.133/2021).

16.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

16.12. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I -** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

17.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

17.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

17.5. A anulação do processo licitatório induz à da ata de registro de preços e do contrato.

17.6. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18. CONTRATO ADMINISTRATIVO

18.1. REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO

18.1.1. O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art. 89, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2. A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 90, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.2. Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor (art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

18.1.2.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá (a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; (b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição (art. 90, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.6. É possível que a Administração convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.3. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 91, *caput* da Lei nº 14.133/2021)

18.1.3.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento (art. 91, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.3.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo (Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4. Os contratos administrativos obedecerão ao disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.4.1. O contrato administrativo poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço no caso de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95, II), aplicando no que couber o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021 (art. 95, II c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4.2. O contrato terá seu preço reajustado pelo índice IPCA com data-base vinculada à data do orçamento estimado (art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

18.1.4.2.1. Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 92, § 3º, [parte final] da Lei nº 14.133/2021).

18.1.5. O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

18.1.6. No caso de consórcio: fica condicionada a assinatura do contrato a (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);
- II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

18.1.7. Obrigações do CONTRATADO:

18.1.7.1. Além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste Edital e seus anexos, bem como as constantes na Lei Federal nº 8.666/93, cabe ainda à CONTRATADA:

- a) Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, bem como demais elementos técnicos fornecidos, conforme estabelecido neste Edital de Tomada de Preço, responsabilizando-se pela boa execução e eficiência dos serviços, bem como o fornecimento de materiais e mão de obra;
- b) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados ou equipamentos nos locais de trabalho;
- c) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;
- d) Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;
- e) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- f) Fornecer sempre que solicitado os comprovantes de pagamento de empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- g) Efetuar o pagamento das despesas referentes a taxas e registros em órgãos competentes, bem como cópias dos projetos necessários à obra;
- h) Não transferir a terceiros, quer através de subcontratação, cessão, locação ou qualquer forma de terceirização ou repasse total ou parcial dos serviços objeto deste procedimento licitatório;
- i) Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo com o Município, bem como demais tributos;
- j) Obter todas as licenças e franquias para execução dos serviços propostos;
- k) Efetuar o pagamento de todos os emolumentos e taxas necessárias, prescritas em lei, e observar os códigos de postura referentes aos serviços objeto do Edital;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

l) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro Responsabilidade técnica (RRT) do profissional responsável pela execução da obra;

m) Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra de forma discriminada;

n) Apresentar Diário de Obras mensal;

o) Apresentar cópia da matrícula da obra no CNO.

18.1.8. Obrigações do CONTRATANTE:

18.1.8.1. Além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste Edital e seus anexos, bem como as constantes na Lei Federal nº 8.666/93, cabe ainda à CONTRATANTE:

a) Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;

b) Acompanhar e fiscalizar, por meio de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

c) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da publicação deste instrumento contratual;

d) Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados neste Edital;

e) Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento da obra;

f) Efetuar retenção de 4% do ISS.

18.1.9. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

VIII - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;

IX - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.1.9.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

I - Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.9.2. O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

I - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

II - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.1.9.3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.1.9.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.1.9.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - Devolução da garantia;
- II - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - Pagamento do custo da desmobilização.

18.1.9.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- I - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - Execução da garantia contratual para:
 - a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- IV - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

18.1.9.4.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

18.1.9.4.2. Na hipótese do inciso II o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

18.1.9.5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

18.2. GESTÃO DO CONTRATO

O Gestor responsável, o Sr. Eder Picoli, Prefeito Municipal, e o fiscal de contrato o senhor Miguel Piccoli, Secretário de Administração e Planejamento.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

19.1. O objeto será recebido (art. 140, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

I - Em se tratando de obras e serviços:

- a)** Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b)** Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - Em se tratando de compras:

- a)** Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b)** Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

19.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

19.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

19.4. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal – Decreto nº 259/2022, de 24 de outubro de 2022 (art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

19.4.1. Os prazos para recebimento provisório e definitivo serão:

I - Obras e Serviços de Engenharia: o recebimento definitivo ocorrerá em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório;

II - Compra e Serviços que não são de engenharia: serão definidos nos editais e contratos, de acordo com cada objeto, observando, quando tiver, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência – TR ou outros documentos técnicos.

19.5. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

19.6. Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

19.7. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos (é admitida a previsão de prazo de garantia superior – a critério da Administração), da responsabilidade objetiva pela solidez e pela



segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

20. PAGAMENTO DO OBJETO

20.1. No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Fornecimento de bens;
- II -** Locações;
- III -** Prestação de serviços;
- IV -** Realização de obras.

20.2. A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II -** Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III -** Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- IV -** Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- V -** Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

20.3. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

20.4. A Administração Pública Municipal deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem (art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021).



20.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143 da Lei nº 14.133/2021).

20.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços (art. 145, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

20.6.1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser **previamente justificada** no processo licitatório (art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

20.6.1.1. A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado (art. 145, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

20.6.2. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido (art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

20.7. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#) – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 146 da Lei nº 14.133/2021).

20.8. Nos seguintes regimes de execução, que são licitados por preço global, adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários (art. 46, § 9º):

- I - Empreitada por preço global;
- II - Empreitada integral;
- III - Contratação por tarefa;
- IV - Contratação integrada;
- V - Contratação semi-integrada.

20.8.1. A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e da aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores (art. 46, § 8º).

21. PENALIDADES

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

21.2. Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I -	Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
II -	Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
III -	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caibí-SC, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

IV -	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
-------------	---	---

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II -** As peculiaridades do caso concreto;
- III -** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV -** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V -** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Inciso II do item 21.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- II -** Incisos III e IV do item 21.1:
 - a)** Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b)** O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
 - c)** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - d)** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
 - e)** A sanção prevista no inciso IV do item 23.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);
 - f)** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

- i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
- ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

21.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

21.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

21.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

21.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

21.9. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

21.10. A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto no regulamento municipal (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

21.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 21.2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

21.11.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

21.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Caibí, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

- I -** Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II -** Pagamento da multa;
- III -** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV -** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V -** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

21.12.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do caput do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

22 - DAS RETENÇÕES

22.1 - Quando se tratar de contratação de bens e serviços em geral:

22.1.1 - O Município reserva-se no direito de descontar (reter) do pagamento devido à Contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos quais sejam:

22.1.2 - ISSQN – A alíquota correspondente ao serviço previsto nos subitens do ANEXO II – LISTA DE FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS, o qual integra a Lei Complementar Municipal nº 054/2017, que terá como base de cálculo o preço total do serviço. Das empresas Optantes do Simples Nacional, será descontado (retido) a alíquota correspondente, com base no faturamento dos últimos 12 (doze) meses, devendo o valor estar destacado na respectiva nota fiscal.

22.1.3 - IRPJ – O Imposto de Renda será retido na fonte, nos termos e percentuais definidos no Decreto Municipal nº 95/2023, de 18 de abril de 2023, exceto das entidades que possuem imunidade tributária, das empresas optantes do Simples Nacional e dos Microempreendedores Individuais (MEI).

22.2 - Quando se tratar de contratação de OBRA GLOBAL:

22.2.1 - O Município reserva-se no direito de descontar (reter) do pagamento devido à Contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos quais sejam:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

22.2.2 - ISSQN – A alíquota de 4,0% (quatro por cento), que terá como base de cálculo o preço total do serviço, dele podendo ser deduzido somente o valor das mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao ICMS, conforme previsto nos subitens 7.02 e 7.05 do ANEXO II – LISTA DE FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS, o qual integra a Lei Complementar Municipal nº 054/2017, c/c com a Lei Complementar Nacional nº 116/2003. Das empresas Optantes do Simples Nacional, será descontado (retido) a alíquota correspondente, com base no faturamento dos últimos 12 (doze) meses, devendo o valor estar destacado na respectiva nota fiscal;

22.2.3 - IRPJ – O Imposto de Renda será retido na fonte, nos termos e percentuais definidos no Decreto Municipal nº 95/2023, de 18 de abril de 2023, exceto das empresas optantes do Simples Nacional e dos Microempreendedores Individuais (MEI).

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. É facultado ao **agente de contratação** ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

23.3. Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Caibi, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso municipal.

23.4. Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:

- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
- II - Página do Município de Caibi (www.caibi.sc.gov.br);
- III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);
- IV - Jornal diário de grande circulação local (art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

23.5. São anexos deste edital:

- I - Estudo Técnico Preliminar – ETP (**ANEXO I**)
- II - Termo de Referência – TR (**ANEXO II**)
- III - Declaração inexistência de impedimentos (**ANEXO III**)
- IV - Declaração LGPD (**ANEXO IV**)
- V - Declaração para LC 123/2006 (**ANEXO V**)
- VI - Proposta + Declaração art. 63, § 1º + Declaração art. 45 (**ANEXO VI**)
- VII - Declaração art. 63, I – atende os requisitos de habilitação (**ANEXO VII**)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

VIII - Declaração art. 63, IV – PcD e reabilitado da Previdência Social **(ANEXO VIII)**

IX - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 68, VI) **(ANEXO IX)**.

X - Declaração de realização/não realização de visita técnica **(ANEXO X)**

XI - Contrato Administrativo **(ANEXO XI)**

XII - Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos de Engenharia e Memoriais Descritivos **(ANEXO XII)**.

23.6. As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Palmitos, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Caibí – SC, em 23 de dezembro de 2025.

EDER
PICOLI:016
62751907

Assinado de forma
digital por EDER
PICOLI:01662751907
Dados: 2025.12.23
16:51:35 -03'00'

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

**Este documento se encontra examinado e
aprovado por esta Assessoria Jurídica**

TAISON GASPARIN
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.373



ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º)

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade a ser especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente esta necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Enquanto elemento essencial ao planejamento do suprimento governamental, o Estudo Técnico Preliminar, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, auxilia na confecção, na sequência, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes do processo de aquisição.

Vê-se, portanto, que as finalidades do ETP estão dirigidas, dentre outras, a analisar a viabilidade técnica da almejada aquisição, bem como avaliar todos os aspectos necessários e suficientes à aquisição³.

O papel do ETP, não obstante previsão legal, tem respaldo na doutrina administrativista brasileira, conforme nos traz a professora Tatiana Camarão⁴:

Entende-se que um dos principais documentos da etapa de planejamento é o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual se destina a identificar e analisar a necessidade pungente projetada pela unidade administrativa ao realizar o seu planejamento estratégico e o plano anual de aquisição, buscando evidenciar o problema a ser resolvido, assim como as soluções possíveis, com fins de avaliar as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição. Nota-se, portanto, que o ETP assume função estratégica na engrenagem das contratações públicas, pois pavimenta o caminho para o atendimento da demanda ao avaliar os cenários possíveis e demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções disponíveis. Em decorrência disto, esse documento vem sendo exigido em vários normativos e trouxe à tona dúvidas em relação à sua produção, conteúdo, momento adequado para sua elaboração e aplicabilidade nas contratações públicas.

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo precípuo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda (DFD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e

³ TCU. Acórdão 1273/2007-Plenário. Relatório de Levantamento. Relator Min. Ubiratan Aguiar. Sessão de julgamento em 27.06.2007. Enunciado: “Os estudos técnicos preliminares devem demonstrar a viabilidade técnica a partir de todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar a obra, com indicações dos estudos técnicos e ambientais, avaliação do seu custo, definição dos métodos e do prazo de execução.”

⁴ CAMARÃO, Tatiana. **Estudo Técnico Preliminar: arquitetura, conteúdo e obrigatoriedade**. Disponível em: <http://www.novaleilicitacao.com.br/2020/01/03/estudo-tecnico-preliminararquitetura-conteudo-obrigatoriedade-e-a-previsao-no-pl1292-95/>. Acesso em: 03 de julho de 2025.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição.

Bem por este motivo, aliás, disciplina o § 1º do artigo 18 da Lei n. 1.4133/2021 quanto à própria função do ETP em relação às licitações:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na aquisição, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da aquisição fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

[...]

§ 1º. O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da aquisição, e conterá os seguintes elementos:

I - A descrição da necessidade da aquisição, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - A demonstração da previsão da aquisição no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - Os requisitos da aquisição;

IV - As estimativas das quantidades para a aquisição, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - O levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - A estimativa do valor da aquisição, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - A descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - As justificativas para o parcelamento ou não da aquisição;

IX - O demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

O próprio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), já editou prejulgado acerca da importância do Estudo Técnico Preliminar (ETP):

Prejulgado: 2414

1. O Estudo Técnico Preliminar – ETP - é instrumento essencial ao planejamento das contratações, servindo de subsídio para as demais fases da licitação e de amparo para as decisões do gestor público.

2. Embora, em regra, a Lei n. 14.133/21 não possibilite a dispensa do ETP, o art. 18, §2º, permite que seja elaborado “ETP simplificado”, hipótese em que o gestor deve justificar a omissão das exigências facultativas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

2.1. A fim de proporcionar maior segurança jurídica, recomenda-se que conste em regulamento as hipóteses em que se poderá elaborar “ETP simplificado” ou dispensar as exigências facultativas.

3. Nas contratações que utilizem catálogo eletrônico de padronização, previsto no art. 19, II, da Lei n. 14.133/21, poderá o ETP ser dispensado, desde que já tenha sido realizado por ocasião da inclusão do item em tal catálogo e conste declaração de que os parâmetros utilizados no estudo anterior não se modificaram.

4. O art. 72, I, da Lei n. 14.133/21 possibilita a dispensa do Estudo Técnico Preliminar nos casos de contratação direta, devendo tal procedimento ser adotado em situações excepcionais, nos termos de regulamento.

4.1. Cabe ao ente federativo com competência regulamentar realizar uma análise de proporcionalidade das situações em que permitirá a dispensa do ETP, considerando o tempo disponível para a contratação, o valor e a complexidade do objeto, em especial, quanto ao prévio conhecimento da solução a ser contratada.

4.2. Ainda que regulamentadas as situações em que seja dispensado o ETP, é necessário que conste no processo a devida justificativa para sua dispensa.

4.3. A elaboração de ETP simplificado nas licitações ou sua dispensa, nas hipóteses de utilização de catálogo eletrônico de padronização e de contratação direta, deve ser alvo de avaliação e justificação exarada pela autoridade competente, dada a importância de tal instrumento para o planejamento das aquisições públicas, bem como para garantir maior segurança jurídica aos envolvidos na tomada de decisão.

O Estudo Técnico Preliminar é, portanto, um artefato essencial ao planejamento e suporte para as contratações públicas, posto que antecede a fase externa da licitação, balizando a administração no sentido de adotar a melhor alternativa para satisfação da necessidade, ao passo que visa atender ao interesse público, alicerçado, especialmente, nos princípios da legalidade, moralidade, planejamento, economicidade, efetividade, dentre outros correlatos.

2. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO RÍGIDA EM CONCRETO REFORÇADO COM FIBRA NA ÁREA INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE CAIBI, TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E DEMAIS ANEXOS.

3. ÁREA(S) REQUISITANTE(S)

SECRETARIA/DEPARTAMENTO	RESPONSÁVEL
Secretaria de Administração e Planejamento	Miguel Piccoli

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

A presente contratação tem por finalidade viabilizar a execução de pavimentação rígida em concreto reforçado com fibras na Área Industrial do Município de Caibi, abrangendo o fornecimento integral de materiais e a disponibilização de mão de obra especializada, conforme parâmetros técnicos, memoriais descritivos, quantitativos e demais anexos que compõem o processo em estudo.

A intervenção é necessária para estruturar adequadamente a infraestrutura viária interna do loteamento industrial, que atualmente se apresenta em condições que desfavorecem o tráfego de veículos, com vias de leito natural incapazes de atender às exigências de trafegabilidade, durabilidade e desempenho requeridas para a movimentação de veículos de carga e operações logísticas típicas de empreendimentos industriais.

O problema a ser solucionado consiste na inexistência de pavimentação capaz de suportar as cargas repetitivas de tráfego previstas para o local, especialmente a necessidade de se dimensionar um projeto para capacidade de suporte adequada a 12 toneladas por eixo e vida útil correspondente ao número característico de solicitações ($N = 2 \times 10^6$).

A ausência de estruturação viária compromete diretamente a mobilidade interna do loteamento, dificulta a implantação e operação das atividades industriais, eleva substancialmente os custos de manutenção pública, favorece a formação de atoleiros e processos erosivos e dificulta o acesso de veículos pesados, incluindo transporte de insumos, maquinários e serviços essenciais.

Tal cenário representa um entrave ao adequado desenvolvimento econômico do município e ao pleno aproveitamento da área destinada à instalação de novas empresas.

Sob a perspectiva do interesse público, a pavimentação rígida da Área Industrial constitui medida essencial para assegurar infraestrutura adequada ao tráfego de veículos leves e pesados, indispensável à instalação, operação e expansão de empreendimentos industriais no município. A obra propicia segurança, mobilidade e continuidade operacional, reduz substancialmente custos futuros com manutenção corretiva, evita a degradação acelerada do solo exposto e contribui para a eficiência logística das atividades econômicas que se instalarão no local.

Ao conferir maior confiabilidade estrutural e durabilidade à malha interna do loteamento, a intervenção fomenta o desenvolvimento econômico local, incentiva novos investimentos privados e promove condições mais favoráveis à geração de emprego e renda, atendendo ao interesse público primário e às diretrizes de desenvolvimento urbano sustentável previstas no Estatuto da Cidade.

Trata-se, portanto, de contratação imprescindível para prevenir passivos urbanísticos, garantir infraestrutura compatível com o uso industrial pretendido e assegurar que todas as etapas da execução — desde o preparo do subleito até o acabamento final — sejam conduzidas segundo os parâmetros rigorosos estabelecidos nos projetos.



A atuação de empresa(s) especializada(s) é condição essencial para que sejam atendidas as exigências de desempenho, segurança, durabilidade e controle tecnológico, resultando em pavimentação de alta qualidade, tecnicamente adequada e plenamente capaz de suportar as solicitações operacionais previstas para a Área Industrial do Município de Caibí.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços a serem contratados caracterizam-se como serviços comuns de engenharia, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e execução podem ser objetivamente definidos no edital e em seus anexos, mediante especificações técnicas usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Poderão participar do processo licitatório empresas que comprovem atuação compatível com o objeto, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CREA/CAU), apresentando Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, em atendimento à legislação profissional vigente.

A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações previstas no edital, seus anexos e na proposta vencedora, assim como todas as disposições contidas nos projetos, memoriais, planilhas e demais anexos, assumindo com exclusividade os riscos e despesas decorrentes da perfeita execução dos serviços, incluindo custos com materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e de segurança do trabalho.

Durante toda a execução contratual, a empresa contratada deverá manter equipe técnica habilitada, composta por profissionais com qualificação comprovada, garantindo a presença de responsável técnico legalmente habilitado para acompanhamento da obra.

Para fins de habilitação, os interessados deverão apresentar documentação que comprove a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, além de atender ao disposto no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, em conformidade com o art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

O objeto deverá ser executado diretamente pela empresa contratada, sendo vedada a transferência, cessão ou subcontratação, total ou parcial, salvo mediante autorização expressa da Administração, em conformidade com o disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

Os serviços deverão observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT aplicáveis, em especial a NBR 9050/2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), ASTM C1609/EN 14651, além das normas municipais de posturas e urbanismo, sob pena de aplicação de sanções.



A execução deverá atender integralmente às exigências de segurança do trabalho, observando-se as disposições da Norma Regulamentadora nº 18 (NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e demais normas correlatas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer obrigação contratual poderá acarretar a aplicação das penalidades previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme disposições em edital.

A contratada será responsável pela reparação de eventuais danos causados ao patrimônio público ou privado durante a execução dos serviços, sem ônus adicional à Administração.

Após a conclusão da obra, a contratada será responsável pela garantia dos serviços executados, pelo prazo mínimo estabelecido em edital, em conformidade com o Código Civil e as boas práticas da engenharia.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Em atendimento aos arts. 18 e 19 da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado e à análise das alternativas possíveis para a execução da pavimentação rígida em concreto reforçado com fibras na Área Industrial do Município de Caibi, conforme parâmetros estabelecidos nos projetos, memoriais descritivos e quantitativos anexos.

A solução projetada contempla pavimento rígido em concreto com $f_{ck} \geq 30$ MPa, macrofibra estrutural na dosagem de $4,5 \text{ kg/m}^3$, aditivo redutor de retração, juntas de construção e serradas conforme paginação, acabamento superficial camurçado e controle tecnológico integral, nos termos das normas ASTM C1609, ASTM E1155/2020, NBR 12142/2010, NBR 16940/2021 e demais referências técnicas que regem o sistema construtivo.

Ressalta-se que o Município dispõe de capacidade operacional apenas para as etapas preliminares de preparo do subleito e execução da base em Bica Corrida, atividades estas já inseridas na rotina municipal e passíveis de execução direta com adequada eficiência, incluindo controle de compactação e ensaios de CBR.

Assim, o levantamento de mercado concentra-se exclusivamente na solução referente à pavimentação rígida, considerando alternativas para sua execução.

Alternativa 1 – Execução direta pela Administração

Ainda que o Município de Caibi possua equipe própria e maquinário aptos à execução do subleito e da base em Bica Corrida, a execução direta do pavimento rígido em concreto não se mostra tecnicamente viável.

A pavimentação rígida exige equipe técnica especializada, engenheiro civil com experiência comprovada e equipamentos específicos que o Município não



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

dispõe, tais como Laser Screed, acabadoras mecânicas de grande porte, vibradores de imersão de alta frequência, réguas vibratórias calibradas, sistemas de controle de planicidade e nivelamento (F-Numbers) e serras de precisão para cortes de juntas.

A produção do concreto também é inviável, considerando que o Município não possui usina ou infraestrutura capaz de atender às exigências de $f_{ck} \geq 30$ MPa, controle de abatimento, granulometria, teor de argamassa e módulo de elasticidade definidos nos projetos, impossibilitando a obtenção de traço adequado às condições da obra.

A execução direta resultaria em expressivo aumento de custos, necessidade de aquisição ou locação de equipamentos especializados, capacitação intensiva de servidores e riscos elevados de não conformidade com as normas técnicas aplicáveis, além de potencial comprometimento da durabilidade e do desempenho estrutural do pavimento.

Alternativa 2 – Execução indireta (contratação de empresa especializada)

A execução indireta, mediante contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais e execução integral do pavimento rígido em concreto reforçado com fibra, apresenta-se tecnicamente adequada e alinhada às melhores práticas do setor.

Empresas especializadas dispõem de tecnologia de ponta, profissionais capacitados e domínio dos processos construtivos essenciais, incluindo a produção e o lançamento de concreto com $f_{ck} \geq 30$ MPa, controle de abatimento, aplicação das macrofibras na dosagem especificada, adensamento mecânico com equipamentos apropriados, acabamento superficial camurçado, serragem precisa das juntas e realização de todos os ensaios de controle tecnológico exigidos pelo memorial técnico.

Do ponto de vista econômico, a execução indireta assegura previsibilidade de custos, eficiência operacional, redução de riscos associados a falhas técnicas e eliminação de despesas relacionadas à aquisição de equipamentos e à ampliação do quadro técnico municipal. Ademais, transfere-se à contratada a responsabilidade técnica pela integridade do pavimento, pela rastreabilidade dos materiais empregados e pela conformidade com as normas de engenharia durante todo o período de execução contratual.

Conclusão e escolha da melhor alternativa:

Diante do levantamento de mercado realizado e das condições técnicas da obra, conclui-se que a solução mais vantajosa para a Administração é a execução indireta da pavimentação rígida, mantendo-se como execução direta apenas as etapas de subleito e base em Bica Corrida, cuja realização integra a rotina operacional do Município e pode ser conduzida com eficiência pela equipe própria.



A contratação de empresa(s) especializada(s) reduz riscos estruturais, assegura qualidade e durabilidade da infraestrutura implantada, garante o atendimento às normas técnicas e proporciona maior economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Assim, a terceirização da pavimentação rígida apresenta-se como a alternativa que melhor atende ao interesse público e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, assegurando a adequada implantação da infraestrutura viária necessária ao pleno funcionamento da Área Industrial do Município de Caibi.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

A solução proposta para atender à necessidade de implantação da pavimentação rígida em concreto reforçado com fibra na Área Industrial do Município de Caibi consiste na execução integrada de etapas preparatórias, de fornecimento de materiais e de prestação de serviços especializados, de modo a assegurar a plena conformidade com os projetos, memoriais descritivos, quantitativos e demais documentos técnicos que compõem o processo.

A execução seguirá modelo combinado, em que o Município realizará diretamente as fases preliminares relativas ao subleito e à base em Bica Corrida, enquanto a pavimentação rígida em concreto e todos os serviços correlatos serão executados por empresa(s) contratada(s), permitindo a terceirização dos insumos e da mão de obra especializada necessária ao atendimento das exigências estruturais e construtivas do pavimento.

A solução compreende, inicialmente, as ações de responsabilidade direta da Administração Municipal, consistindo na escavação, regularização, conformação e compactação do subleito, seguindo rigorosamente as especificações de capacidade de suporte previstas no projeto e atendendo à exigência de escarificação até 30 cm e compactação mínima de 98% do Próctor Normal. Além disso, preliminarmente à obra de pavimentação, haverá a execução de toda rede de drenagem pluvial necessária, a ser licitada de forma separada.

Em seguida, proceder-se-á à aplicação e à compactação da camada de Bica Corrida na espessura definida nos projetos, observando-se os requisitos de umidade ótima, granulometria, densidade e controle de compactação estabelecidos nas normas técnicas.

Após a conclusão dessas etapas, serão realizados os ensaios necessários, tais como CBR, densidade e demais verificações previstas, a fim de garantir que o subleito e a base ofereçam suporte adequado ao pavimento rígido e minimizem o risco de recalques diferenciais, assegurando desempenho estrutural conforme o dimensionamento realizado.

A etapa subsequente, sob responsabilidade da empresa a ser contratada, consistirá na execução integral da pavimentação rígida em concreto, com



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

espessura mínima de 12 cm, devendo este ter a resistência com característica mínima de FCK 30 MPa, aplicando-se macrofibra estrutural na dosagem de 4,5 kg/m³, aditivo redutor de retração, lona plástica de 200 micras para isolamento, barras de transferência conforme a paginação projetada, além de todos os insumos auxiliares indispensáveis à conformidade estrutural e superficial do pavimento.

Os serviços abrangerão o lançamento contínuo do concreto por bombeamento ou caminhão, seu adensamento com vibradores de imersão e régua vibratória ou Laser Screed, o acabamento superficial camurçado conforme especificado, a cura úmida ou química e a execução das juntas de construção, de encontro e serradas, com serragem no intervalo previsto em projeto, seguida de limpeza e, futuramente, selagem após o período de retração.

Todo o processo executivo deverá observar rigorosamente as normas da ABNT e ASTM pertinentes, incluindo controle tecnológico sistemático do concreto, com ensaios de abatimento, resistência à compressão, tração na flexão pelo método dos dois cutelos, módulo de elasticidade, teor de argamassa, teor de ar incorporado, exsudação, retração e tenacidade, além da aferição dos índices de planicidade e nivelamento (F-Numbers), conforme memorial técnico.

A empresa contratada deverá mobilizar equipe técnica habilitada, com responsável técnico registrado e com Anotação de Responsabilidade Técnica, garantindo o uso de maquinário adequado e calibrado, tais como acabadoras mecânicas, vibradores de imersão, equipamentos de corte de juntas e instrumentos para medição do nível e planicidade.

A solução contempla, ainda, todas as atividades complementares necessárias ao ciclo de vida da obra, incluindo organização e manutenção do canteiro, sinalização provisória, gerenciamento adequado dos resíduos, controle ambiental e observância das normas de segurança do trabalho.

O Município manterá fiscalização permanente durante todas as etapas, acompanhando tanto a prestação de serviços quanto o fornecimento dos materiais, assegurando aderência ao cronograma físico-financeiro, às especificações de projeto e às condições contratuais.

Integram a solução as exigências relacionadas à garantia, manutenção corretiva e assistência técnica. A empresa responsável deverá assegurar garantia mínima de cinco anos contra vícios, defeitos construtivos e patologias que comprometam a funcionalidade do pavimento, nos termos do art. 618 do Código Civil, incluindo fissuras estruturais, desagregação, perda de integridade superficial, falhas de aderência ou quaisquer manifestações que impeçam o desempenho esperado conforme o dimensionamento para tráfego industrial de 12 toneladas por eixo. Durante o prazo de garantia, a contratada deverá realizar, sem ônus para o Município, os reparos necessários, mobilizando equipe técnica em prazo razoável e conforme orientações da fiscalização municipal.

Ao término da obra, o pavimento será recebido mediante termo de recebimento definitivo, acompanhado de toda a documentação técnica necessária



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

à rastreabilidade da execução, incluindo ARTs, relatórios de ensaios, registros de controle tecnológico, memoriais executivos, relatórios fotográficos e demais evidências documentais que comprovem a conformidade com o projeto. Essa documentação integrará o histórico da infraestrutura, permitindo o acionamento da garantia e subsidiando eventuais intervenções futuras.

A solução apresentada constitui, portanto, um conjunto integrado de ações diretas e indiretas, adequado às necessidades de infraestrutura viária da Área Industrial de Caibí, garantindo qualidade, durabilidade e segurança operacional, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público que regem a Administração Municipal.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHESS DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

As estimativas das quantidades para a contratação são baseadas em projetos e memoriais descritivos, elaborados por engenheiro responsável, conforme se expressa na descrição a seguir:

Planilha Orçamentária Sintética							
Obra/Proprietário:	Prefeitura Municipal de Caibí						
Tipo de Obra:	Pavimentação rígida em Concreto reforçado com fibra						
Área:	5235 m ²						
BDI (Construção de Rodovias e Ferrovias Quartil Médio)	20,97%						
Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário s/ BDI	Preço Unitário c/ BDI	Preço Total s/ BDI	Preço Total c/ BDI
1 - SERVIÇOS PRELIMINARES							
103689	1. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m ²	4,5	R\$ 468,19	R\$ 566,37	R\$ 2.106,86	R\$ 2.548,66
				Subtotal	Subtotal	R\$ 2.106,86	R\$ 2.548,66
2 - PAVIMENTAÇÃO							
103904	2.1 EXECUÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO SIMPLES (PCS), FCK = 35 MPA, ESPESURA DE 15,0 CM. AF_04/2022	m ²	5235	150,83	R\$ 182,46	R\$ 789.595,05	R\$ 955.173,13
				Subtotal	Subtotal	R\$ 789.595,05	R\$ 955.173,13

CAIBI – SC, 10 de Dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente
BRUNO BUGS
Data: 10/12/2025 11:11:35-0300
Verifique em: <https://verificador.ri.gov.br>

Bruno Bugs

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Caibí – CREA/SC 220158-3

Observações:

- O valor do material e mão de obra foi obtida através da tabela do SINAPI – SETEMBRO/2025 – Sem Desoneração
- O BDI considerado foi de 20,97% correspondente ao Quadril Médio das Construções de Rodovias e Ferrovias

Ressalta-se que o referido código do SINAPI (103904), não confere com o concreto a ser utilizado na execução, pelo fato do concreto de código compatível (que seria o 103919), concreto reforçado com fibra, de 12cm de espessura, não contemplar o valor, portanto não tendo validade para o uso atual.

Para solucionar o problema pensou-se em usar o código referido (103904) por seu custo ser equivalente com o custo do concreto reforçado com fibras encontrado na região, sendo o valor do concreto da região mais alto, porém de uso



menor, 12 cm ao invés dos 15 cm, justificando a equivalência. Vale ressaltar que os outros itens que formam a composição são semelhantes aos da outra composição, quase compondo equivalência.

Considerando então a semelhança dos outros itens e a equivalência na diferença dos valores, se dá a justificativa do uso deste código.

A especificação detalhada da quantidade deverá estar descrita no Orçamento Detalhado do projeto, a ser anexado posteriormente.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

Nesta primeira etapa da contratação, ou seja, no Estudo Técnico Preliminar, a estimativa do valor do objeto/serviço será abordada de forma sintética, com o fim especial de oferecer uma referência inicial, no que tange aos valores envolvidos para a requerida contratação, a fim de se apurar a viabilidade econômica da mesma.

Adota-se este formato de análise, pois é o entendimento, inclusive, de estudiosos do assunto, como Joel de Menezes Niebuhr⁵ :

Pela redação dos dispositivos da Lei n. 14.133/2021, é um tanto quanto confuso precisar o momento em que se deve proceder à pesquisa de preços no mercado e definir o orçamento estimado. De acordo com ordem dos incisos do artigo 18, o processo inicia com o estudo técnico preliminar, depois termo de referência/projetos e, na sequência, o orçamento estimado. A lógica confirmaria essa sequência: primeiro, define-se exatamente o que se quer e, depois, vai-se apurar o preço desse objeto de mercado. Sem definir o objeto é difícil apurar preços, porque, por óbvio, os preços variam conforme as variações dos objetos. No entanto, o inciso VI do §1º do artigo 18 exige que o estudo técnico preliminar já apresente “estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo”. Quer dizer que o documento que dá a largada na etapa preparatória já pressupõe o orçamento, porque estimativa do valor da contratação decorre de algum tipo de orçamentação, ainda que mais simples. É digno de nota que o dispositivo, contudo, não se contenta com algo mais simples, porque exige a indicação de preços referenciais e memórias de cálculo. Para complicar ainda mais, a alínea “I” do inciso XXIII do artigo 8º da Lei n. 14.133/2021 exige que o termo de referência também aponte as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado. Para

⁵ **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos** / Joel de Menezes Niebuhr et al. 2. ed. Curitiba: Zênite, 2021. 1. 283p. Disponível em: https://www.zenitenews.com.br/materiais/livros/nova_lei_ed02.pdf. Acesso em: 23/04/2025.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

não perder o passo, a alínea “f” do inciso XXV do artigo 8º da Lei n. 14.133/2021 exige que o projeto básico, por sua vez, apresente “o orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados”. Trocando-se em miúdos, o orçamento deve estar no estudo técnico preliminar e também deve estar no termo de referência ou projeto básico. Dois orçamentos sequenciais. Diante de toda essa confusão, propõe-se a seguinte interpretação: faz-se um orçamento preliminar quando do estudo técnico preliminar, mais simples, sem pesquisa aprofundada de mercado, podendo-se valer de comparativo com contratos antigos do próprio órgão ou entidade ou, no caso de engenharia, utilizando-se de metodologia expedita ou paramétrica. Depois, como uma das atividades necessárias para a elaboração do termo de referência ou do projeto básico, definida a especificação do objeto a ser licitado e contratado, faz-se o orçamento definitivo e mais rigoroso, de acordo com os critérios definidos na Lei n. 14.133/2021. Então, dois orçamentos, um preliminar e outro definitivo. O melhor é que fosse só um, seria mais racional e simples, porém, essa não foi a opção do legislador, apegado que foi ao modelo burocrático disfuncional.

Já no que concerne às formas trazidas para fixação de parâmetros de valores, trazemos o que dispõe o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

[...]

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o **caput** deste artigo, poderá ser



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.

Tendo em vista a natureza do procedimento, ou seja, a contratação de empresa(s) para fornecimento de material e mão de obra para pavimentação rígida em concreto reforçado com fibra na Área Industrial, adotar-se-á como parâmetro inicial de definição de preços, o valor apresentado em sede de composição via consulta da tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).

Trata-se de meio idôneo para formulação da composição de preços, tanto por estar prevista na própria Lei Federal nº 14.133/21, quanto por constar como orientação técnica emitida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP), especialmente quanto à orientação Técnica OT – IBR 006/2016.

Para tanto, utilizar-se-á a metodologia do orçamento sintético⁶, onde:

O orçamento sintético é elaborado mediante levantamentos de quantitativos de serviços calculados com base no anteprojeto de engenharia, com precisão compatível com o seu nível de detalhamento, composto pela descrição, unidade de medida, preço unitário, quantidades e preço dos serviços da obra.

O orçamento sintético deve ser balizado pelos sistemas referenciais oficiais tais como Sinapi e Sicro, ou outro de reconhecida utilização, devidamente adaptados às condições regionais e peculiares de cada obra, além de levar em consideração possíveis ganhos de escala e os advindos

⁶ Disponível em: <https://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2016/09/OT - IBR 006-2016-Vers%C3%A3o-Definitiva-10-05-2017.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2025.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

de otimizações do anteprojeto permitidas para a elaboração do projeto básico.

Como apresentado no item anterior deste estudo, conforme Planilha Orçamentária Sintética elaborada, estimam-se os seguintes custos:

Planilha Orçamentária Sintética							
Obra/Proprietário:	Prefeitura Municipal de Caibí						
Tipo de Obra:	Pavimentação rígida em Concreto reforçado com fibra						
Área:	5235 m ²						
BDI (Construção de Rodovias e Ferrovias Quartil Médio)	20,97%						
Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário s/ BDI	Preço Unitário c/ BDI	Preço Total s/ BDI	Preço Total c/ BDI
1 - SERVIÇOS PRELIMINARES							
103689	1. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m ²	4,5	R\$ 468,19	R\$ 566,37	R\$ 2.106,86	R\$ 2.548,66
				Subtotal	Subtotal	R\$ 2.106,86	R\$ 2.548,66
2 - PAVIMENTAÇÃO							
103904	2.1 EXECUÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO SIMPLES (PCS), FCK = 35 MPA, ESPESSURA DE 15,0 CM. AF_04/2022	m ²	5235	150,83	R\$ 182,46	R\$ 789.595,05	R\$ 955.173,13
				Subtotal	Subtotal	R\$ 789.595,05	R\$ 955.173,13

CAIBI – SC, 10 de Dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente
BRUNO BUGS
Data: 10/12/2025 11:11:35-0300
Verifique em: <https://portal.tri.gov.br>

Bruno Bugs

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Caibí – CREA/SC 220158-3

Observações:

- O valor do material e mão de obra foi obtida através da tabela do SINAPI – SETEMBRO/2025 – Sem Desoneração
- O BDI considerado foi de 20,97% correspondente ao Quadril Médio das Construções de Rodovias e Ferrovias

Como referencial de custos iniciais, será adotado o valor obtido pelo preço total considerando-se a incidência de BDI, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme Acórdão 2622/2013⁷. Portanto, em uma análise inicial, estima-se um valor da contratação de **R\$ 957.721,79 (novecentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e um reais com setenta e nove centavos)**.

Ressalta-se, novamente, que o referido código do SINAPI (103904), não confere com o concreto a ser utilizado na execução, pelo fato do concreto de código compatível (que seria o 103919), concreto reforçado com fibra, de 12cm de espessura, não contemplar o valor, portanto não tendo validade para o uso atual.

Para solucionar o problema pensou-se em usar o código referido (103904) por seu custo ser equivalente com o custo do concreto reforçado com fibras, encontrado na região, sendo o valor do concreto da região mais alto, porém de uso menor, 12 cm ao invés dos 15 cm, justificando a equivalência. Vale ressaltar que os outros itens que formam a composição são semelhantes aos da outra composição, quase compondo equivalência.

⁷ Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/%253A2622%2520ANOACORDAO%253A2013%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0. Acesso em: 02 de dezembro de 2025.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

Para melhor elucidar a questão, serão demonstrados os cálculos que levaram a essa estimativa, a seguir:

Item	Valor
Custo por m ³ do concreto do referido código (103904)	R\$ 641,03
Custo por m ³ do concreto reforçado com fibras na região	R\$ 800,00
Custo por m ² do concreto do referido código (103904) = R\$ 641,03 * 0,15 (espessura do concreto)	R\$ 96,15
Custo por m ² do concreto reforçado com fibra da região = R\$ 800,00 * 0,12 (espessura do concreto)	R\$ 96,00

Considerando ainda a semelhança dos outros itens e a equivalência na diferença dos valores em relação à espessura do concreto, se dá a justificativa do uso deste código.

Por tudo isso, reitera-se, por fim, que a pesquisa de preços deverá ser melhor detalhada e aprofundada no Termo de Referência, a qual servirá como parâmetro final para a contratação ora pretendida.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

É sabido que compete à administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação dos produtos e serviços, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes, já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípuo da licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho⁸:

“Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a

⁸ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 7ª ed., 2000, p. 109.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

Mais adiante aduz ainda o mesmo autor:

“Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexequíveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...) As duas finalidades básicas da etapa interna: A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.”

A própria jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU)⁹ vai neste sentido:

SÚMULA TCU 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes, com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

⁹ Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/sumula/*/KEY%253ASUMULA-EJURIS-34240/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMEROINT%2520desc/0. Acesso em 05 de maio de 2025.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Na aplicação deste princípio, o §1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a administração de vários contratos frente as vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese, reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados.

Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

Neste sentido, concluímos que nossa análise aponta para o PARCELAMENTO do objeto, uma vez que a análise técnica e econômica realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar demonstra que é plenamente viável e vantajoso o parcelamento do objeto, dividindo a contratação entre aquisição dos materiais e contratação da mão de obra especializada para execução da pavimentação rígida em concreto reforçado com fibra na Área Industrial do município de Caibi.

Ainda que se trate de obra de engenharia, cujos serviços demandam coordenação sequencial, constatou-se que os materiais especificados (concreto FCK $\geq$ 30 MPa, macrofibra estrutural, aditivo redutor de retração, barras de transferência e demais insumos) possuem características padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, permitindo aquisição separada sem comprometimento da qualidade final, desde que observados rigorosamente os parâmetros previstos nos memoriais e projetos.

O parcelamento, neste caso, não compromete a unidade lógica da obra, pois a etapa crítica — a execução da pavimentação rígida — permanecerá sob a responsabilidade de uma única empresa, garantindo uniformidade de procedimentos, rastreabilidade e coerência técnica. O que se fragmenta não é a execução, mas a aquisição dos insumos, os quais serão fornecidos à empresa executora em conformidade estrita com os requisitos definidos nos documentos



técnicos. Dessa forma, a Administração obtém economia com a compra direta dos materiais, ampliando a competitividade entre fornecedores e evitando sobrepreço decorrente de “embutimento” dos insumos dentro de um único contrato global.

Sob o ponto de vista econômico, o parcelamento mostra-se claramente vantajoso, pois amplia a concorrência tanto no item de materiais quanto no item de mão de obra, gerando disputa entre fornecedores de segmentos distintos e melhor aproveitamento dos recursos financeiros.

Do ponto de vista técnico, os materiais possuem padrões normativos objetivos, facilitando o controle de qualidade pela fiscalização, ao passo que a mão de obra será executada de forma integrada e contínua por uma única empresa, responsável pela planicidade, nivelamento, cura e serragem das juntas, eliminando riscos de descontinuidade na execução.

A análise técnica confirma que a qualidade final da pavimentação rígida pode ser assegurada mesmo com o parcelamento do objeto, desde que a responsabilidade de cada etapa seja claramente atribuída aos agentes envolvidos, conforme segue.

a) Base do pavimento (subleito e Bica Corrida) – responsabilidade do Município

O Município de Caibi executará diretamente o subleito e a camada de Bica Corrida, garantindo o controle tecnológico por meio de ensaios de compactação e CBR. A Administração já dispõe de estrutura operacional, pessoal capacitado e rotinas consolidadas para realização dos serviços de execução de base e pavimento. Quanto aos ensaios técnicos, deverão ser realizados por empresa terceirizada especializada e/ou institutos de ensino, se for o caso.

Assim, a qualidade da base — etapa fundamental para o desempenho do pavimento rígido — permanece sob controle do ente público, o que reduz riscos e facilita a fiscalização.

b) Concreto e demais insumos – responsabilidade técnica do fornecedor de materiais

A qualidade do concreto e dos materiais estruturantes pode ser aferida objetivamente por ensaios normativos, o que viabiliza sua aquisição em item separado sem prejuízo à execução.

Aqui, o principal insumo a ser fiscalizado é concreto, pois é este o mais importante produto para garantir a qualidade na execução da obra. Assim, o fornecedor será responsável por garantir o atendimento às normas da ABNT, especialmente:

- NBR 5738/2016: moldagem e cura dos corpos de prova;
- NBR 5739/2018: ensaio de resistência à compressão;
- NBR 12655/2022: controle, recebimento e aceitação do concreto;



– NBR 7680/2007: extração e ensaio de testemunhos de estruturas de concreto.

A conformidade técnica, portanto, independe do executor da obra, pois os ensaios laboratoriais oferecem segurança jurídica e técnica para aceitação dos materiais. Esse cenário torna plenamente viável a separação do item “materiais”.

c) Execução da pavimentação rígida – responsabilidade da empresa de mão de obra especializada

A contratada responsável pela mão de obra executará integralmente o pavimento rígido, devendo seguir estritamente os memoriais, projetos e especificações técnicas.

Caberá ao fiscal/engenheiro do Município verificar o atendimento dos padrões de:

- planicidade e nivelamento;
- espessura do pavimento;
- posicionamento das juntas;
- aplicação dos demais produtos como lonas etc.;
- aplicação e cura do concreto;
- serragem;
- acabamento superficial.

Ao concentrar toda a execução em um único contratado, preserva-se a coerência técnica da obra, ao mesmo tempo em que se manteve o parcelamento apenas da parte que não compromete a unidade lógica da execução, ou seja, os materiais.

A repartição técnica de responsabilidades — base pelo Município, concreto pelo fornecedor, execução pela empresa de mão de obra — demonstra que:

1. **há plena viabilidade técnica para o parcelamento**, pois os materiais possuem controle normativo objetivo;
2. **a economicidade é reforçada**, ampliando a competitividade entre fornecedores distintos;
3. **não há risco de perda de unidade da obra**, já que toda a execução permanece com um único executor;
4. o modelo atende integralmente ao que exige o **Prejulgado 270 do TCE-SC**, item 3, que autoriza parcelar obras de engenharia quando demonstrada viabilidade técnica, ampliação da competitividade e ausência de prejuízo à economia de escala;
5. a solução está alinhada ao art. 40, V, “b”, da Lei 14.133/2021, que **determina** o parcelamento quando tecnicamente possível.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

Dessa forma, a repartição clara das responsabilidades e dos controles de qualidade robustamente sustenta o parcelamento, reforçando que a divisão em itens é segura, viável e vantajosa ao interesse público.

Como já mencionado de forma sintética acima, a solução adotada encontra respaldo direto no TCE-SC, especialmente no Prejulgado nº 270, reformado pela Decisão nº 189/2022, que incluiu o seguinte entendimento (item 3)¹⁰:

“Na contratação de obra ou serviço de engenharia, é possível a divisão do objeto em lotes ou itens, um para aquisição de materiais e outro para a contratação de mão de obra, desde que demonstrado, no estudo técnico preliminar, a viabilidade técnica e que a solução evidencie economicidade, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis e resulte em ampliação da competitividade sem perda da economia de escala”.

No presente caso, tais requisitos ficam integralmente atendidos: a viabilidade técnica é comprovada pela padronização dos materiais e pela centralização da execução em um único executor; a economicidade é demonstrada pela ampliação da concorrência e pela redução de custos indiretos; e a competitividade é ampliada tanto para fornecedores de insumos quanto para empresas de engenharia.

Além disso, o parcelamento alinha-se às diretrizes do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, que impõe ao planejamento da contratação a busca pelo parcelamento sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, condição que se verifica de forma inequívoca nesta contratação.

A solução por itens promove o melhor aproveitamento dos recursos públicos, aumenta o número de potenciais licitantes, reduz riscos de sobrepreço e preserva a eficiência e a qualidade do serviço final entregue à população.

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto é a solução que melhor atende ao interesse público, por demonstrar viabilidade técnica, vantajosidade econômica, ampliação da competitividade e plena compatibilidade com a legislação e com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo identificou, no presente momento, a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, conforme segue:

- Realização de serviço de tubulação e drenagem pluvial nas vias a receberem a pavimentação.

Quanto a contratações correlatas, poderão ser realizadas, futuramente, em procedimentos similares, tais como:

- Pavimentação dos trechos rurais englobados pelo Programa Estrada Boa Rural, do Governo do Estado de Santa Catarina

¹⁰ Disponível em: <https://virtual.tce.sc.gov.br/pwa/#/pesquisa-prejulgado/resultado?query=270&order=desc&status=0,1,2,3,4>. Acesso em: 24 de novembro de 2025.



- Outras pavimentações em vias públicas urbanas ou rurais, do município de Caibi, seja com recursos externos quanto com recursos próprios.

12. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A presente contratação não está prevista no Plano Anual de Contratações, pois a novel legislação que o trouxe foi recentemente adotada pelo Município de Caibi/SC, não havendo tal documento pretérito para o corrente ano.

Manifesta-se pela adoção, mediante formalização do setor responsável, do Plano Anual de Contratações, com a maior brevidade possível.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

A solução adotada neste Estudo Técnico Preliminar, que prevê a execução direta pelo Município das etapas relativas ao preparo do subleito e à implantação da base em Bica Corrida, associada à contratação indireta de empresa especializada para fornecimento dos materiais e execução completa da pavimentação rígida em concreto reforçado com fibra, possibilita alcançar resultados expressivos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A distribuição das responsabilidades entre Administração, fornecedores e executores especializados permite otimizar a execução da obra, evitar sobrecustos e garantir maior transparência, previsibilidade e rastreabilidade das etapas construtivas, ampliando inclusive a competitividade no certame licitatório, na medida em que possibilita a participação de empresas com diferentes perfis e capacidades técnicas para os itens de execução indireta.

Quanto aos recursos humanos, o modelo proposto elimina a necessidade de dedicar servidores municipais às atividades de alta complexidade técnica inerentes à pavimentação rígida, tais como lançamento, adensamento, acabamento superficial camurçado, serragem e selagem de juntas ou controle tecnológico avançado. Essa opção preserva a força de trabalho própria para funções estratégicas de planejamento, fiscalização, gestão operacional e execução de outras atividades de infraestrutura urbana que integram a rotina municipal. As equipes internas permanecem concentradas nas etapas de subleito e base, já dominadas pelo Município, evitando gastos com treinamento especializado, novas contratações ou sobrecarga de trabalho dos servidores, garantindo melhor utilização da capacidade operacional existente.

No que se refere aos recursos materiais, o modelo adotado permite que os insumos específicos do pavimento rígido — como concreto com FCK ≥ 30 MPa, macrofibra na dosagem prevista em projeto, aditivo redutor de retração, barras de



transferência, lona plástica e demais materiais — sejam fornecidos diretamente por empresas que já atendem aos requisitos normativos aplicáveis, favorecendo concorrência entre fornecedores, redução de custos unitários e aumento da confiabilidade técnica.

A responsabilidade pelo uso adequado desses insumos é transferida à empresa executora, que se obriga a aplicar os procedimentos construtivos conforme as normas da ABNT e da ASTM e a atender às tolerâncias de espessura, planicidade, nivelamento e demais parâmetros definidos no memorial técnico.

Ao mesmo tempo, o Município evita investir em maquinário de alto custo — como Laser Screed, acabadoras mecânicas, vibradores de imersão e serras específicas — que possuem baixa aplicabilidade fora de obras de pavimentação rígida, gerando significativa economia de recursos públicos.

Quanto aos recursos financeiros, a solução contratual adotada — estruturada de forma a separar as etapas executadas diretamente pelo Município daquelas contratadas externamente — permite maior precisão na formação dos preços, controle dos gastos e prevenção de sobrepreços decorrentes da agregação artificial de insumos e serviços.

A previsibilidade orçamentária é reforçada pela definição clara de itens e responsabilidades, permitindo ao Município estimar custos com maior segurança e evitar despesas adicionais com correções, retrabalhos ou substituição de materiais. Ademais, a transferência da responsabilidade técnica e operacional da pavimentação rígida à contratada reduz substancialmente o risco de patologias precoces, falhas executivas ou desvio das exigências normativas, resultando em economia direta e indireta ao longo da vida útil da infraestrutura.

Dessa forma, os resultados pretendidos com a solução proposta podem ser sintetizados como a obtenção de menor custo global do empreendimento, melhor aproveitamento da mão de obra própria nas atividades compatíveis com sua capacitação técnica, garantia de qualidade e conformidade por meio de controle tecnológico estruturado, previsibilidade financeira e otimização dos recursos públicos, resultando em infraestrutura durável, segura e adequada às necessidades operacionais da Área Industrial.

O modelo adotado revela-se, assim, a alternativa mais eficiente e vantajosa para o Município de Caibi, promovendo economia, competitividade, eficiência administrativa e atendimento ao interesse público, em estrita conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

Entende-se, a princípio, não haver providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato no que tange à capacitação



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, visto se tratar de fornecimento de objetos sem alta complexidade técnica.

Ademais, estará previsto no Termo de Referência, no edital e no contrato administrativo o servidor designado, de acordo com sua área técnica e/ou funcional, que será responsável pela fiscalização e acompanhamento do objeto do contrato, o qual atestará a efetiva prestação dos produtos e serviços, poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos serviços/objetos, bem como desempenhar outras ações inerentes a correta, efetiva e eficiente execução do contrato.

No que concerne às demais etapas anteriores à celebração do contrato, a fim de que a mesma tenha êxito, será necessária a conclusão de outras fases, quais sejam:

- a) Elaboração de projeto básico e/ou executivo, memoriais de cálculo, planilhas orçamentárias e BDI, ART's, cronograma físico-financeiro, obtenção de Licença Ambiental, dentre outros documentos aplicáveis quando da execução de obras e serviços de engenharia, sempre que cabíveis.
- b) Confecção do Estudo Técnico Preliminar;
- c) Elaboração de minuta do edital;
- d) Designação em portaria de pregoeiro, equipe de apoio, ou agente de contratação;
- e) Elaboração de minuta do contrato;
- f) Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- g) Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, acerca do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços, minuta de edital, minuta de contrato e demais anexos e documentos, se for o caso, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- h) Publicação e divulgação do edital e anexos;
- i) Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável, bem como julgamento de eventuais recursos interpostos, inclusive após a fase de sessão pública;
- j) Realização do certame, com todas as suas respectivas etapas;
- k) Assinatura e publicação do contrato;
- l) Recebimento provisório dos itens licitados, com conferência pelo setor e/ou fiscal(is) designado(s);
- m) Recebimento definitivo dos itens licitados, para posterior liquidação da despesa, por comissão de recebimento formalmente designada.

15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA



PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

A execução da pavimentação rígida em concreto reforçado com fibra na Área Industrial do município poderá gerar impactos ambientais diretos e indiretos, decorrentes das etapas de preparo do subleito, aplicação da camada de Bica Corrida, lançamento do concreto, cura, acabamento e serragem de juntas.

Embora tais impactos sejam previsíveis e de magnitude controlável, sua mitigação exige planejamento adequado e adoção de práticas responsáveis em conformidade com a legislação ambiental e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

A seguir, são descritos os principais impactos potenciais e as medidas mitigadoras aplicáveis ao ciclo de vida da obra.

a) Geração de resíduos da construção civil (RCC)

Impacto: geração de sobras de concreto, resíduos de serragem das juntas, restos de brita, embalagens de aditivos, macrofibras, selantes, lonas de cura e materiais provenientes da preparação do subleito.

Medidas mitigadoras: elaboração e execução de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme Resolução CONAMA nº 307/2002; segregação dos resíduos na fonte; destinação de materiais recicláveis a cooperativas ou empresas do ramo; retorno de embalagens de produtos químicos aos fornecedores mediante logística reversa; reaproveitamento de materiais classe A quando tecnicamente viável.

b) Consumo de recursos naturais (água, brita, areia, cimento e macrofibra)

Impacto: uso intensivo de materiais não renováveis durante a execução do subleito, base e pavimento rígido.

Medidas mitigadoras: aquisição de insumos de fornecedores regularizados e licenciados; otimização do volume de concreto para evitar desperdícios; uso de água de reuso em atividades auxiliares como umidificação da base e limpeza; controle rigoroso das quantidades de materiais mediante planejamento das etapas de execução; incentivo ao uso de agregados reciclados quando tecnicamente compatíveis.

c) Consumo de energia elétrica e combustíveis

Impacto: operação de máquinas compactadoras, vibradores, acabadoras, ferramentas elétricas e veículos de transporte.

Medidas mitigadoras: manutenção preventiva de máquinas para reduzir consumo e emissões; preferência por equipamentos energeticamente eficientes; planejamento logístico para minimizar deslocamentos e rotas ociosas; utilização racional de equipamentos elétricos e monitoramento do tempo de funcionamento.

d) Poluição atmosférica (poeira, gases e partículas)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

Impacto: emissão de poeira durante escarificação e compactação do subleito e da Bica Corrida; dispersão de partículas durante a serragem das juntas; emissão de poluentes por veículos e máquinas.

Medidas mitigadoras: umidificação constante do solo em dias secos; utilização de serras com sistemas de umidificação; manutenção de motores para reduzir emissões; proibição de queima a céu aberto; delimitação de áreas de trabalho para reduzir dispersão de partículas para zonas habitadas.

e) Ruídos e vibrações

Impacto: utilização de compactadores, bombas, vibradores e caminhões, causando incômodos à população do entorno.

Medidas mitigadoras: restrição de horários de trabalho em conformidade com normas municipais; uso de equipamentos com silenciadores; comunicação prévia aos empresários e demais pessoas sobre o cronograma da obra; redução de atividades ruidosas em horários sensíveis.

f) Risco de contaminação do solo ou da água por produtos químicos

Impacto: possibilidade de derramamento de aditivos químicos, óleos, graxas e resíduos de selantes.

Medidas mitigadoras: armazenamento adequado de insumos químicos em áreas impermeabilizadas; utilização de bacias de contenção; recolhimento de embalagens por logística reversa; capacitação das equipes para manuseio seguro de produtos; destinação de resíduos a locais licenciados.

g) Logística reversa e reciclagem de materiais

Impacto: descarte inadequado de embalagens de macrofibra, aditivos, selantes, lonas plásticas, tubos e demais insumos da obra.

Medidas mitigadoras: cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); devolução de embalagens aos fornecedores quando aplicável; reciclagem de plásticos, papelão e metais; destinação correta de lonas, fibras e selantes; documentação comprobatória de destinação ambientalmente adequada.

h) Ocupação temporária do espaço urbano e impactos no entorno

Impacto: obstrução parcial de vias internas, circulação de caminhões e possíveis transtornos temporários a empreendimentos já instalados no local.

Medidas mitigadoras: sinalização provisória adequada; planejamento de rotas e horários de circulação; isolamento seguro da área de trabalho; comunicação prévia aos empresários sobre fases e prazos da obra; restabelecimento imediato das condições originais das áreas afetadas.

A aplicação dessas medidas mitigadoras garantirá que a execução da pavimentação rígida ocorra de forma ambientalmente responsável, com uso



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

racional de recursos, redução de impactos negativos e conformidade com a legislação vigente, assegurando qualidade, segurança e sustentabilidade na implantação da infraestrutura pública.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Com base nas justificativas e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é **VIÁVEL**, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Conclusivamente, tendo em vista o anteriormente exposto, o responsável por este estudo posiciona-se **FAVORÁVEL** à pretendida contratação, desde que haja recursos financeiros disponíveis.

Observe-se, por fim, que o presente documento, sob total e irrestrita responsabilidade do signatário abaixo, o qual responde juridicamente e tecnicamente pelas informações prestadas, inclusive nas áreas cível, administrativa e penal, independente da ajuda de terceiros na elaboração do mesmo, principalmente nos aspectos técnicos, apresenta-se como instrumento anterior à fase licitatória e/ou de dispensa/inexigibilidade, ressaltando-se que o mesmo foi desenvolvido, onde necessário e com as devidas correções, com ajuda de inteligência artificial, tendo em vista a escassez de recursos humanos no âmbito do poder executivo, especialmente, com conhecimento técnico necessário para a elaboração do presente documento.

Encaminha-se este documento para aprovação do prefeito municipal.

Caibi, Santa Catarina, em 16 de dezembro de 2025.

MIGUEL PICCOLI

Secretaria de Administração e Planejamento

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

() De acordo. Dê-se prosseguimento ao processo.

() Em desacordo. Remeta-se ao setor competente, para os ajustes apontados (anexos) ou, caso se mostre inviável, que não se proceda à contratação.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XXIII c/c art. 40, §§ 1º e 4º)

1. INTRODUÇÃO

O Termo de Referência é o instrumento técnico que fundamenta o planejamento da contratação pública, contendo a descrição clara do objeto, os objetivos a serem alcançados, os requisitos mínimos de desempenho, os critérios de medição, os prazos, as condições de execução, os parâmetros de sustentabilidade e os demais elementos necessários à elaboração do edital e à gestão contratual.

Sua elaboração é etapa obrigatória e essencial do processo licitatório, conforme dispõe o art. 6º, inciso XXIII, e o art. 40, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...].

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
 - b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
 - c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
 - d) requisitos da contratação;
 - e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
 - f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
 - g) critérios de medição e de pagamento;
 - h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
 - i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
 - j) adequação orçamentária;
- [...]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...].

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no [inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei](#), além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

[...].

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente afirmado que a deficiência ou ausência do Termo de Referência compromete a eficiência da contratação, podendo resultar em superfaturamento, inadequação do objeto e mau uso dos recursos públicos (ex.: Acórdãos TCU nº 434/2016 e nº 2274/2020, ambos do Plenário).

Importante, também, observar, as diferenças entre o ETP e o TR, trazidas pela corte de contas da União¹¹:

Cabe esclarecer que, enquanto o ETP se caracteriza por ser um instrumento de planejamento preliminar, por meio do qual são avaliadas determinadas soluções para atendimento de uma necessidade da Administração, concluindo se a contratação será ou não viável, o TR é o planejamento definitivo, para especificação e detalhamento da solução escolhida. Portanto, apesar de haver pontos em comum entre esses dois instrumentos, eles não se confundem. Os requisitos e estimativas da solução estudada e escolhida no ETP são refinados (ou retificados e complementados) no TR, que contera informações mais exatas e atualizadas. Além disso, o TR esclarece como o futuro contrato será executado e fiscalizado, apresenta os critérios para recebimento provisório e definitivo do bem ou serviço prestado, define a forma e critérios para seleção do fornecedor, e indica os recursos orçamentários para a contratação. Ou seja, no TR pode haver o refinamento de itens do ETP e há a elaboração de novos elementos que não constam do ETP.

¹¹ BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União**. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2024. Disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/09/Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-5a-Edicao-29-08-2024.pdf>. Acesso em: 04 de julho de 2025.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Porém, o órgão reforça a necessidade de que o Termo de Referência (TR) esteja alinhado ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e contenha justificativas consistentes quanto à necessidade da contratação, à viabilidade das soluções e à vantagem para a Administração.

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), por meio de manifestações como o Prejulgado 2401 (reformado), o qual discute a necessidade de planejamento nas contratações públicas, incluindo a elaboração do Termo de Referência, bem como em seus guias e orientações técnicas, aponta que o Termo de Referência deve refletir o efetivo planejamento da contratação, com base em critérios objetivos, dados consistentes e alinhamento às políticas públicas e capacidades administrativas do ente contratante.

Dessa forma, o Termo de Referência deve ser elaborado com o objetivo de assegurar a conformidade da contratação com os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, proporcionando à Administração Municipal os elementos necessários para uma contratação segura, adequada às suas necessidades e passível de controle pelos órgãos de fiscalização.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

2.1) OBJETO:

O objeto da presente contratação será: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO RÍGIDA EM CONCRETO REFORÇADO COM FIBRA NA ÁREA INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE CAIBI, TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E DEMAIS ANEXOS.

2.2) QUANTITATIVOS A SEREM CONTRATADOS:

Item	Qtd	Und	Descrição
1	5235	M²	Mão de obra para pavimentação em concreto, conforme as especificações técnicas e o projeto executivo fornecido pelo município de Caibi/SC, sendo que os serviços compreendem a aplicação do concreto com espessura definida em projeto, incluindo o fornecimento e utilização de formas metálicas ou em fibra, compatíveis com a espessura



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

			e dimensões da via, devidamente niveladas e alinhadas para garantir o correto acabamento e a conformidade com o projeto técnico. A execução deverá atender às seguintes condições mínimas: - aplicação do concreto sobre base devidamente preparada e regularizada, com a instalação de lona plástica entre a base e o pavimento, conforme orientação técnica; - o concreto deverá ser vibrado mecanicamente, com o uso de vibradores de imersão, garantindo a perfeita compactação, evitando vazios e proporcionando maior resistência e durabilidade ao pavimento; - o nivelamento e acabamento deverão ser realizados com régua vibratória treliçada, de tamanho suficiente para atender à largura total da pista a ser pavimentada, assegurando planicidade e caimento conforme o projeto além de acabamento com desempenho; - deverá ser feita a instalação de barras de transferência, conforme as especificações e dimensões definidas no projeto, de modo a garantir a adequada transferência de cargas entre as placas de concreto; - após a cura inicial, deverá ser executado o corte das juntas de retração e dilatação, conforme especificações do projeto, com equipamentos adequados que garantam cortes uniformes e precisos; - deverá ser realizada a aplicação de cura química em toda a superfície do pavimento, de forma homogênea e contínua, a fim de evitar a perda precoce de água e garantir o ganho adequado de resistência do concreto. - todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da ABNT, especificações do DNIT e demais legislações aplicáveis, sob supervisão técnica e acompanhamento da equipe de engenharia do município.
2	629	M³	Concreto usinado mínimo FCK 30, reforçado com fibra de polipropileno crf50/4 (45mm), resistente à alcalinidade para garantir a durabilidade do concreto, deve atender aos seguintes requisitos: - adicionamento de redutor de retração de 8,0 kg/m³ ;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

			- resistência mínima à compressão de 30 mpa aos 28 dias; - teor mínimo de 4,5 kg/m³ de fibra de polipropileno CRF 50/4; - módulo de elasticidade da macro fibra entre 6 e 9 GPA; - apresentação de laudo de acordo com a norma NBR 16940; - atendimento aos resultados mínimos definidos na norma de ensaio NBR 16940. <table><tr><th>CARACTERÍSTICAS</th><th>Unid.</th><th>Valor</th></tr><tr><td>1.Resistência à Compressão (fck)</td><td>MPa</td><td>30</td></tr><tr><td>2.Resistência Tração na Flexão (fctM,K)</td><td>MPa</td><td>4,2</td></tr><tr><td>3.Abatimento (Slump Test)</td><td>mm</td><td>100 a 120</td></tr><tr><td>4.Módulo de Elasticidade</td><td>GPa</td><td>Entre 26 e 30</td></tr><tr><td>5.Teor de ar incorporado</td><td>%</td><td><3,0</td></tr><tr><td>6. Exsudação</td><td>%</td><td><2,0</td></tr><tr><td>7.Retração por secagem</td><td>%</td><td><0,02</td></tr><tr><td>8.Relação Água/Cimento</td><td>-</td><td><0,5</td></tr><tr><td>9.Tempo de início de pega</td><td>Horas</td><td>Aprox. 4 horas</td></tr><tr><td>10.Teor de Argamassa</td><td>%</td><td>48 a 52</td></tr><tr><td>11.Consumo de Cimento</td><td>Kg/m³</td><td>>350</td></tr><tr><td>12. Aditivo Redutor de Retração</td><td>Kg/m³</td><td>8</td></tr></table> A escolha dos materiais utilizados para a produção do concreto deverá ser orientada pelas normas e princípios da ABNT. Deverá ser empregado cimento tipo CP-II. Os cimentos com elevados teores de adições devem ser evitados por serem problemáticos na fase de acabamento do concreto. Os agregados miúdos deverão ser preferencialmente em areia natural de origem quartzosa, de granulometria média a grossa, ou areia artificial oriunda da britagem de rochas, convenientemente dosada com areia natural para corrigir deficiências de finos. Deve-se atentar para o fato de que o agregado miúdo irá afetar basicamente a trabalhabilidade do concreto sendo que, se for empregado material muito fino, irá facilitar as operações de acabamento; mas com aumento da demanda de água, no outro extremo, a adoção de areias grossas dificulta o acabamento, tornando a mistura áspera e favorecendo a exsudação do concreto (muito embora possa ocorrer redução do volume de água). Agregado graúdo deve ser formado pela mistura apropriada das britas 1 e 2 de maneira a formar uma granulometria aproximadamente contínua e com baixo volume de vazios. Os agregados deverão obedecer aos requisitos das normas de ABNT.	CARACTERÍSTICAS	Unid.	Valor	1.Resistência à Compressão (fck)	MPa	30	2.Resistência Tração na Flexão (fctM,K)	MPa	4,2	3.Abatimento (Slump Test)	mm	100 a 120	4.Módulo de Elasticidade	GPa	Entre 26 e 30	5.Teor de ar incorporado	%	<3,0	6. Exsudação	%	<2,0	7.Retração por secagem	%	<0,02	8.Relação Água/Cimento	-	<0,5	9.Tempo de início de pega	Horas	Aprox. 4 horas	10.Teor de Argamassa	%	48 a 52	11.Consumo de Cimento	Kg/m³	>350	12. Aditivo Redutor de Retração	Kg/m³	8
CARACTERÍSTICAS	Unid.	Valor																																								
1.Resistência à Compressão (fck)	MPa	30																																								
2.Resistência Tração na Flexão (fctM,K)	MPa	4,2																																								
3.Abatimento (Slump Test)	mm	100 a 120																																								
4.Módulo de Elasticidade	GPa	Entre 26 e 30																																								
5.Teor de ar incorporado	%	<3,0																																								
6. Exsudação	%	<2,0																																								
7.Retração por secagem	%	<0,02																																								
8.Relação Água/Cimento	-	<0,5																																								
9.Tempo de início de pega	Horas	Aprox. 4 horas																																								
10.Teor de Argamassa	%	48 a 52																																								
11.Consumo de Cimento	Kg/m³	>350																																								
12. Aditivo Redutor de Retração	Kg/m³	8																																								
3	960	Und	Barra de Transferência Ø16,00mm DE 35cm em aço CA – 25 liso																																							



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

4	5235	M²	Lona plástica extra forte preta, e = 200 micras
---	------	----	---

A especificação detalhada das quantidades está descrita no Orçamento Detalhado do projeto, anexado ao presente processo.

2.3) NATUREZA:

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de:

- () bens ou serviços especiais (art. 6º, inciso XIV, Lei n.º 14.133/2021).
- (x) bens ou serviços comuns (art. 6º, inciso XIII, Lei n.º 14.133/2021).
- () serviço especial de engenharia (art. 6º, inciso XXI, “b”, Lei n.º 14.133/2021).
- (x) serviço comum de engenharia (art. 6º, inciso XXI, “a”, Lei n.º 14.133/2021).
- (x) obra (art. 6º, inciso XII, Lei n.º 14.133/2021).

2.4) VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

O contrato terá vigência inicial de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

No caso de prorrogação do contrato, desde que respeitados os requisitos previstos no artigo legal supracitado e seguintes, o quantitativo de itens também será renovado, se for o caso, conforme fundamentação a seguir.

No entendimento do respeitado doutrinador Ronny Charles¹², o planejamento das contratações será feito com base na anualidade das mesmas. Argumenta o autor, que se no que se observa da própria Lei nº 14.133/2021, tal possibilidade:

O plano de contratações deverá ser anual (§ 1º, art. 12) e o próprio planejamento das compras deve considerar a expectativa de consumo anual (art. 40) [...].

Conforme defendem Antonio Cecílio Moreira Pires e Aniello Parziale¹³, em caso de silêncio no ato convocatório, não será possível a dilação do prazo de

¹² CHARLES, Ronny. **Prorrogação da Ata e Renovação dos Quantitativos Fixados na Licitação**. Disponível em: <https://ronnycharles.com.br/prorrogacao-da-ata-e-renovacao-dos-quantitativos-fixados-nalicitacao/>. Acesso em: 06 de maio de 2025.

¹³ PIRES, Antonio Cecílio Moreira. PARZIALE, Aniello. **O Novo Sistema De Registro De Preços**. 1.Ed.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

vigência do compromisso. No mesmo norte, a prorrogação do contrato deverá ocorrer dentro do prazo de sua vigência, não sendo possível que ocorra após a expiração do lapso de vigência.

Destarte, a prorrogação contratual é possível, desde que prevista na fase de planejamento da contratação e claramente expressa no instrumento convocatório, a fim de haver ampla publicidade, para que os eventuais interessados tenham ciência de tal condição.

No mais, por se tratar de contrato por escopo, cotejando-se a Lei Federal nº 14.133/2021, ao se observar o art. 111, extrai-se:

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Além disso, consoante entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU)¹⁴, “quando a contratação ultrapassar um exercício financeiro, deve estar prevista no plano plurianual (PPA)”, bem como, “no caso de contratações de serviços e fornecimentos contínuos, além de atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, a Administração deve demonstrar a vantagem em manter o contrato”.

Assim sendo, desde que respeitados os requisitos legais, tendo em vista ainda que a autoridade competente ateste que as condições legais foram cumpridas por parte do contratado e Administração, poderá o contrato decorrente deste processo licitatório ser renovado, nos limites do prazo máximo legal estipulado.

3. ÁREA(S) REQUISITANTE(S)

SECRETARIA/DEPARTAMENTO	RESPONSÁVEL
--------------------------------	--------------------

Belo Horizonte: Fórum, 2024, p. 178.

¹⁴ BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2024. Disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/09/Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-5a-Edicao-29-08-2024.pdf>. Acesso em: 04 de julho de 2025.



4. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA

Destaca-se que inexistente catálogo eletrônico de licitações próprio para padronização dos referidos serviços.

No Catálogo Eletrônico de Padronização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), tais itens também não tiveram sua padronização definida, conforme consulta realizada na data de 09/12/2025¹⁵.

Assim sendo, se especifica os produtos/serviços conforme a seguir:

Item	Qtd	Und	Descrição
1	5235	M ²	Mão de obra para pavimentação em concreto, conforme as especificações técnicas e o projeto executivo fornecido pelo município de Caibí/SC, sendo que os serviços compreendem a aplicação do concreto com espessura definida em projeto, incluindo o fornecimento e utilização de formas metálicas ou em fibra, compatíveis com a espessura e dimensões da via, devidamente niveladas e alinhadas para garantir o correto acabamento e a conformidade com o projeto técnico. A execução deverá atender às seguintes condições mínimas: - aplicação do concreto sobre base devidamente preparada e regularizada, com a instalação de lona plástica entre a base e o pavimento, conforme orientação técnica; - o concreto deverá ser vibrado mecanicamente, com o uso de vibradores de imersão, garantindo a perfeita compactação, evitando vazios e proporcionando maior resistência e durabilidade ao pavimento;

¹⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/catalogo-eletronico-de-padronizacao>. Acesso em: 06 de maio de 2025.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

			- o nivelamento e acabamento deverão ser realizados com régua vibratória treliçada, de tamanho suficiente para atender à largura total da pista a ser pavimentada, assegurando planicidade e caimento conforme o projeto além de acabamento com desempeno; - deverá ser feita a instalação de barras de transferência, conforme as especificações e dimensões definidas no projeto, de modo a garantir a adequada transferência de cargas entre as placas de concreto; - após a cura inicial, deverá ser executado o corte das juntas de retração e dilatação, conforme especificações do projeto, com equipamentos adequados que garantam cortes uniformes e precisos; - deverá ser realizada a aplicação de cura química em toda a superfície do pavimento, de forma homogênea e contínua, a fim de evitar a perda precoce de água e garantir o ganho adequado de resistência do concreto. - todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da ABNT, especificações do DNIT e demais legislações aplicáveis, sob supervisão técnica e acompanhamento da equipe de engenharia do município.
2	629	M ³	Concreto usinado mínimo FCK 30, reforçado com fibra de polipropileno crf50/4 (45mm), resistente à alcalinidade para garantir a durabilidade do concreto, deve atender aos seguintes requisitos: - adicionamento de redutor de retração de 8,0 kg/m³; - resistência mínima à compressão de 30 mpa aos 28 dias; - teor mínimo de 4,5 kg/m³ de fibra de polipropileno CRF 50/4; - módulo de elasticidade da macro fibra entre 6 e 9 GPA; - apresentação de laudo de acordo com a norma NBR 16940; - atendimento aos resultados mínimos definidos na norma de ensaio NBR 16940. CARACTERÍSTICAS Unid. Valor 1.Resistência à Compressão (fck) MPa 30 2.Resistência Tração na Flexão (fctM,K) MPa 4,2 3.Abatimento (Slump Test) mm 100 a 120



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

			4. Módulo de Elasticidade GPa Entre 26 e 30 5. Teor de ar incorporado % <3,0 6. Exsudação % <2,0 7. Retração por secagem % <0,02 8. Relação Água/Cimento - <0,5 9. Tempo de início de pega Horas Aprox. 4 horas 10. Teor de Argamassa % 48 a 52 11. Consumo de Cimento Kg/m³ >350 12. Aditivo Redutor de Retração Kg/m³ 8 A escolha dos materiais utilizados para a produção do concreto deverá ser orientada pelas normas e princípios da ABNT. Deverá ser empregado cimento tipo CP-II. Os cimentos com elevados teores de adições devem ser evitados por serem problemáticos na fase de acabamento do concreto. Os agregados miúdos deverão ser preferencialmente em areia natural de origem quartzosa, de granulometria média a grossa, ou areia artificial oriunda da britagem de rochas, convenientemente dosada com areia natural para corrigir deficiências de finos. Deve-se atentar para o fato de que o agregado miúdo irá afetar basicamente a trabalhabilidade do concreto sendo que, se for empregado material muito fino, irá facilitar as operações de acabamento; mas com aumento da demanda de água, no outro extremo, a adoção de areias grossas dificulta o acabamento, tornando a mistura áspera e favorecendo a exsudação do concreto (muito embora possa ocorrer redução do volume de água). Agregado graúdo deve ser formado pela mistura apropriada das britas 1 e 2 de maneira a formar uma granulometria aproximadamente contínua e com baixo volume de vazios. Os agregados deverão obedecer aos requisitos das normas de ABNT.
3	960	Und	Barra de Transferência Ø16,00mm DE 35cm em aço CA – 25 liso
4	5235	M ²	Lona plástica extra forte preta, e = 200 micras

Ressalte-se, por outro turno, que os materiais a serem utilizados na obra a que se pretende executar seguem os padrões e, na medida do possível, o descritivo conforme os previstos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Índices da Construção Civil (SINAPI), a fim de seguir as disposições técnicas e legais sobre o mesmo.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSA

Com base no Decreto Municipal nº 219/2023, de 05 de outubro de 2023, a presente contratação está embasada no Estudo Técnico Preliminar que segue anexo ao presente processo.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, além de legislações, decretos e demais normas regulamentadoras sobre o tema.

A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar elaborado especificamente para avaliar a viabilidade técnica, operacional, ambiental e econômica da execução da pavimentação rígida em concreto reforçado com fibra na Área Industrial do Município de Caibi, cuja versão integral integra este processo administrativo.

O ETP consolida os levantamentos topográficos e de campo, os projetos executivos, os memoriais descritivos, os quantitativos, as análises comparativas entre alternativas de execução direta e indireta, o estudo de vantajosidade do parcelamento por itens, a avaliação de riscos e a justificativa técnico-econômica para a solução selecionada.

O documento não contém informações de caráter sigiloso, estando todas as suas seções disponíveis para consulta, em conformidade com o princípio da publicidade.

A fundamentação jurídica da contratação está amparada na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 6º, 18, 19 e 40, que estabelecem a obrigatoriedade do planejamento prévio, a elaboração de estudos técnicos preliminares, a análise crítica das alternativas possíveis, a observância do parcelamento do objeto quando técnica e economicamente adequado, e a necessidade de definição clara das soluções, responsabilidades e parâmetros técnicos para obras e serviços de engenharia.

O arcabouço normativo aplicável é complementado pelas normas técnicas da ABNT referentes à pavimentação rígida e ao controle tecnológico do concreto, pelas legislações ambientais pertinentes e pelo entendimento consolidado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o Prejulgado nº 270, que reconhece a possibilidade de parcelamento de obras de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

engenharia quando demonstradas a viabilidade técnica e a vantajosidade econômica.

A necessidade da contratação decorre da imprescindibilidade de dotar a Área Industrial de infraestrutura viária adequada, resistente e segura, capaz de suportar tráfego intenso de veículos pesados, característica inerente ao uso industrial e logístico previsto para o local.

Atualmente, grande parte das vias encontra-se em leito natural ou com condições precárias de trafegabilidade, apresentando suscetibilidade a erosões, deformações, saturação hídrica, poeira excessiva, interrupções em períodos de chuva, dificuldade de circulação de caminhões e máquinas e aumento das operações de manutenção corretiva. Nesse cenário, a ausência de pavimentação limita o desenvolvimento das atividades industriais, reduz a competitividade das empresas instaladas, compromete a segurança viária e onera o Município com custos recorrentes de recuperação emergencial.

O ETP identificou que a solução mais adequada consiste na execução direta, pelo Município, das etapas de preparo e conformação do subleito e da execução da base em Bica Corrida, atividades compatíveis com as capacidades operacionais existentes e com o maquinário disponível, enquanto a execução da pavimentação rígida em concreto, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, deve ser realizada por empresa contratada, mediante licitação.

O modelo de parcelamento por itens — materiais e execução — demonstrou-se técnica e economicamente vantajoso, proporcionando aumento da competitividade, formação de preços mais transparentes, rastreabilidade dos insumos, controle tecnológico rigoroso e transferência adequada de riscos às empresas executoras.

A pavimentação rígida com concreto FCK ≥ 30 MPa, reforçado com macrofibra estrutural, espessuras e juntas conforme projeto, base em Bica Corrida, controle de planicidade e nivelamento, ensaios normativos e procedimentos executivos padronizados constitui a solução tecnicamente mais robusta para o cenário da Área Industrial, por garantir maior durabilidade, elevada resistência à fadiga e à abrasão, redução significativa de manutenções futuras e desempenho compatível com o fluxo de veículos pesados característico da região.

Diante desse conjunto de elementos, conclui-se que a contratação é técnica e juridicamente necessária, plenamente motivada e alinhada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, motivação e interesse público.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

A obra é indispensável para proporcionar segurança viária, mobilidade adequada, infraestrutura compatível com a vocação industrial do local, estímulo ao desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos e privados que dependem de acesso qualificado. A fundamentação, portanto, sustenta integralmente a contratação proposta no Termo de Referência.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução a ser adotada para a pavimentação das vias da Área Industrial do Município de Caibi consiste na implantação de pavimento rígido em concreto reforçado com fibras sintéticas, conforme especificações constantes nos projetos executivos, memoriais descritivos, quantitativos, normas técnicas e demais anexos que instruem o presente processo.

Trata-se de solução integrada que combina etapas de execução direta pela Administração Municipal com etapas de execução indireta por empresas contratadas mediante processo licitatório, assegurando o atendimento aos requisitos de desempenho estrutural, durabilidade, segurança viária e eficiência no uso dos recursos públicos.

O ciclo de vida do objeto inicia-se com a fase de planejamento da contratação, embasada nos Estudos Técnicos Preliminares, que identificaram a necessidade de dotar a Área Industrial de infraestrutura viária compatível com sua vocação econômica, apta a suportar o tráfego pesado de caminhões, máquinas e veículos de grande porte.

Os levantamentos realizados demonstraram que a ausência de pavimentação adequada compromete a logística das empresas instaladas, dificulta o escoamento de produção, gera custos adicionais de manutenção para o Município e reduz a atratividade do parque industrial.

Nesse contexto, adota-se o parcelamento do objeto por itens, de modo que o Município execute diretamente o preparo do subleito e a implantação da base em Bica Corrida, atividades para as quais dispõe de equipe própria capacitada, maquinário adequado e disponibilidade do material, enquanto os itens relativos ao fornecimento dos materiais estruturais e à execução da pavimentação rígida serão contratados separadamente, conforme autorizado pelo Prejulgado nº 270 do TCE/SC e comprovado pela análise de viabilidade técnica e econômica constante do ETP.

Concluído o processo competitivo, que garante a seleção da proposta mais vantajosa e a observância dos princípios da isonomia, competitividade e transparência, inicia-se a fase de execução. No âmbito da Administração



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

Municipal, caberá a realização das etapas de preparo do subleito, escarificação, regularização, conformação e compactação, bem como a aplicação e compactação da camada de Bica Corrida na espessura definida em projeto.

Após sua execução, deverão ser realizados os ensaios técnicos exigidos, como verificação de densidade, granulometria, umidade, capacidade de suporte e demais parâmetros definidos no memorial descritivo, assegurando o desempenho estrutural requerido para suporte do pavimento rígido.

À(s) empresa(s) contratada(s) competirá o fornecimento dos materiais especificados, incluindo concreto usinado com resistência característica mínima $FCK \geq 30$ MPa, macrofibra estrutural, aditivo redutor de retração, barras de transferência, lonas de cura e demais insumos necessários para a conformidade mecânica e superficial do pavimento. Caberá também a execução integral dos serviços de pavimentação rígida, compreendendo lançamento, adensamento, acabamento camurçado, nivelamento, execução e serragem das juntas, cura úmida ou química, selagem e demais procedimentos construtivos.

A execução deverá seguir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente ABNT NBR 12655/2022 (controle de concreto), NBR 5738/2016 (moldagem de corpos de prova), NBR 5739/2018 (ensaios de compressão), NBR 7680/2007 (testemunhos extraídos), além das diretrizes estabelecidas nos memoriais e projetos específicos da obra. O controle tecnológico será permanente e documentado, assegurando rastreabilidade das cargas de concreto, verificação do slump, resistência, planicidade, espessura e demais parâmetros construtivos.

Durante a execução, a contratada deverá adotar integralmente as medidas de segurança do trabalho exigidas pelas Normas Regulamentadoras, além de promover a segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil, garantindo ainda a manutenção de sinalização provisória, controle de tráfego e proteção dos trabalhadores e usuários do entorno.

Concluídos os serviços, seguir-se-ão as fases de recebimento provisório e definitivo, mediante verificação da conformidade integral da obra com os elementos do projeto, apresentação de ART/RRT, certificados de materiais, relatórios de ensaios, registros fotográficos, medições e memorial executivo. Esta documentação reunirá as informações necessárias para o histórico da obra e para o acompanhamento posterior do desempenho do pavimento rígido.

No período de garantia, estabelece-se a distribuição das responsabilidades conforme a natureza da execução: ao Município compete a integridade e conformidade do subleito e da base em Bica Corrida; aos



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

fornecedores dos materiais cabe assegurar a qualidade e adequação dos insumos entregues; e à empresa contratada para execução compete responder integralmente por falhas, patologias, fissuras ou defeitos decorrentes de má execução, devendo realizar as correções necessárias sem ônus para a Administração.

A garantia deverá observar prazo compatível com o Código Civil e com a natureza do objeto, abrangendo vícios construtivos e eventuais não conformidades identificadas durante o período de acompanhamento.

A solução concebida, portanto, contempla de maneira completa todas as etapas do ciclo de vida do objeto — planejamento, contratação, execução direta e indireta, controle tecnológico, monitoramento, entrega, garantia e manutenção corretiva — assegurando uniformidade técnica, desempenho estrutural, durabilidade, eficiência administrativa e a adequada infraestrutura viária necessária ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Área Industrial de Caibi.

O modelo adotado atende integralmente ao interesse público e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, promovendo racionalidade de custos, transparência, segurança jurídica e qualidade na entrega do bem público.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O proponente deverá apresentar os seguintes documentos:

7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor devidamente registradas, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento com Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades Simples, que não registram seus atos na junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

123/2006. A Certidão deve ser atualizada, ou seja, emitida a menos de 90 (noventa) dias da data marcada para abertura da presente Licitação.

7.2 HABILITAÇÃO FISCAL:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ com cartão **atualizado**;
- b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos **Tributários Federais e à Dívida Ativa da União** ([Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.](#));
- c) Prova de regularidade com a fazenda **ESTADUAL da sede da empresa**;
- d) Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**;
- e) Prova de regularidade com a **fazenda MUNICIPAL da sede da empresa**.
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, disponível no site: www.tst.jus.br.

7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica interessada;
- b) **Balanco patrimonial** e demonstrações contábeis e notas explicativas do último exercício social, devidamente registrados na junta comercial ou órgão competente já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Observações: serão considerados aceitos como **na forma da lei** o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

Publicados em Diário Oficial; ou

Publicados em jornal de grande circulação; ou

Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

Por fotocópia, extraída do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**, ou em outro órgão equivalente.

3) Sociedade criada no exercício em curso:

Mediante apresentação de tão somente Balanço de Abertura, devidamente registrada na Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, ou



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

ainda, Declaração do Contador ou Técnico Contábil (com firma reconhecida), assinada por profissional devidamente registrada no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

4) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (PARA OS ITENS 1 E 2)

a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente, da pessoa jurídica (empresa) e pessoa(s) física(s) – ((profissional(ais) responsável(eis)));

Obs: Em caso de empresa sediada em outro estado, deverá constar visto da entidade competente de Santa Catarina, no momento da assinatura contratual.

b) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, limitada as exigências a:

1) - Demonstração de capacidade técnico profissional, através de comprovação de que a proponente possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, esta aplica-se a parte estrutural do objeto, devendo ainda, para tal, juntar os seguintes documentos para fins de comprovação:

1a)- Certidão de acervo técnico – CAT.

1b)- Cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o responsável técnico indicada pertença ao quadro permanente da empresa proponente.

Obs.: Quanto à documentação para comprovação da Capacidade Técnica (item 7.4 do TR), sugere-se solicitar a mesma somente quando da assinatura do Contrato.

7.5) COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE:

O Pregoeiro/Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, realizará a verificação de comprovação de idoneidade, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

a) Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU, da entidade participante. Disponível em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

b - Consulta de Pessoa Física

a) Certidão negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (**todas as esferas**) do sócio majoritário/administrador, da empresa participante. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form.

Obs.: Em caso de Sócios com a mesma quantidade de cotas, será consultada a certidão do sócio que responder administrativamente pela empresa.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO

A execução contratual obedecerá a um modelo integrado e sequencial, articulando as etapas de responsabilidade direta da Administração Municipal (preparo do subleito e execução da base em Bica Corrida) com as etapas de responsabilidade das empresas contratadas (fornecimento de materiais complementares e execução da pavimentação rígida), de modo a garantir a conformidade técnica com os projetos e memoriais, o controle tecnológico contínuo do concreto e materiais, a rastreabilidade das operações e a continuidade dos serviços desde a mobilização até o encerramento contratual, observando os princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.1. Mobilização inicial e condições para início das atividades

Após a homologação do resultado e a assinatura do contrato, a contratada deverá, no prazo definido em edital, mobilizar materiais necessários e pessoal, em cada caso específico, mantendo a disponibilidade plena dos itens previstos nos projetos e memoriais, de forma a satisfazer a conclusão de cada etapa da obra de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro.

Poderão ser solicitadas amostras e laudos de controle tecnológico iniciais que comprovem a conformidade do concreto com FCK≥30 MPa e o teor de macrofibras exigido no projeto.

Simultaneamente, a Administração deverá consolidar e informar formalmente as frentes de trabalho liberadas, confirmar a conformidade da base executada (ensaios CBR, deflectometria pelo método Viga Banckelman) e emitir as Ordens de Serviço iniciais que autorizarão a concretagem, garantindo que a responsabilidade pelo preparo do subleito e pela camada de Bica Corrida esteja encerrada antes do início de concretagens subsequentes.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

8.2. Emissão de Ordens de Serviço, mobilização e prazos de atendimento

A execução ocorrerá mediante Ordem de Serviço emitida pela Secretaria responsável, sendo que o contratado deverá obedecer rigorosamente as disposições contidas nos projetos e demais estudos/anexos, especialmente aquelas relativas à unidade de trabalho, largura, espessura, junta a ser executada, necessidade de barras de transferência e condições locais.

A contratada deverá seguir rigorosamente as disposições concernentes ao fornecimento adequado de materiais, transporte e condições técnicas dos mesmos, de acordo com as especificações contidas no ETP, TR e projetos.

A contratada para execução da mão de obra deverá manter equipe compatível para execução da obra em compatibilidade com o cronograma físico-financeiro, providenciando também a mobilização de equipamentos de acabamento, vibradores de imersão, régua vibratória adequada e equipe de controle tecnológico, devendo iniciar o lançamento do concreto somente após verificação *in loco* da condição da base.

À equipe de mão de obra competirá também o trabalho de colocação da lona plástica, demarcação e colocação de limitadores nas margens, bem como marcação e/ou corte das juntas, dentre outros serviços descritos no memorial descritivo.

8.3. Controle tecnológico, ensaios e aceitação do concreto

A contratada será responsável por todo o controle tecnológico do concreto usinado, incluindo a elaboração das dosagens, coleta e rompimento de corpos-de-prova conforme NBR 12655/2015, NBR 5738/2016 e NBR 5739/2018, e emissão de laudos que comprovem o atendimento ao FCK mínimo adotado no projeto e às exigências da NBR 16940/2021 para concreto reforçado com fibra.

O recebimento provisório do concreto só ocorrerá mediante apresentação dos relatórios laboratoriais; o recebimento provisório da mão de obra prescindirá de comprovação fotográfica das etapas críticas (lançamento, adensamento, vibração do concreto e cura do concreto), ficando garantida a rastreabilidade completa de cada carga de concreto até sua incorporação no pavimento.

8.4. Procedimentos executivos (lançamento, adensamento, acabamento, juntas e cura)

O lançamento e acabamento serão executados conforme o projeto executivo e memorial descritivo, com utilização de vibradores de imersão, régua vibratória treliçada para garantir planicidade e desempenho adequado, instalação de barras de transferência conforme especificação e corte de juntas de retração e dilatação com equipamentos que assegurem cortes precisos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

Após o acabamento inicial, será procedida à cura contínua na totalidade das superfícies e adotadas medidas de proteção e sinalização do entorno, em conformidade com os projetos e memorial descritivo.

Todos os procedimentos deverão respeitar as tolerâncias e critérios de aceitação previstos nos documentos contratuais, sob pena de rejeição da fração não conforme.

8.5. Fiscalização, registros e rastreabilidade documental

A fiscalização será realizada pela equipe designada no TR, que acompanhará *in loco* todas as etapas, validará as leituras e relatórios, e atestará os serviços para fins de medição e pagamento.

A contratada deverá fornecer relatórios diários e consolidado semanal contendo: localização por trecho, quantidades concretadas, relatórios de corpos-de-prova (moldagem e rompimento), fotos georreferenciadas dos painéis e registros de condições climáticas, permitindo auditoria e rastreabilidade completa.

A Administração reserva-se o direito de solicitar a qualquer tempo a apresentação de trilhas de transporte, notas de produção da usina e laudos de conformidade de materiais.

8.6. Manutenção, substituição de equipamentos e destinação de resíduos

A contratada responderá integralmente pela manutenção dos equipamentos utilizados na concretagem e acabamento, pela troca imediata em caso de falha e pela destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados (lona plástica, restos de concreto, óleos, filtros), conforme legislação ambiental e políticas de logística reversa.

A Administração não assumirá qualquer custo de manutenção, operação, transporte ou invalidação de materiais provenientes de execução defeituosa. Medidas mitigadoras de impacto local (controle de poeira, gerenciamento de vazamentos e proteção de sarjetas/drenagem) deverão ser adotadas, de acordo com a legislação vigente, pela contratada, sob sua exclusiva responsabilidade.

8.7. Medição, pagamento e tratamento de não conformidades

O pagamento será efetuado com base nas medições atestadas pelo fiscal, lastreadas por relatórios diários, laudos laboratoriais e registros fotográficos, sendo glosadas as frações não comprovadas ou consideradas não conformes.

Divergências entre relatórios da contratada e verificação fiscal deverão ser tratadas por procedimento formal de conciliação técnica; persistindo a divergência, aplicar-se-ão as penalidades previstas no contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

A aprovação definitiva de trechos concretados ficará condicionada à obtenção dos resultados mínimos dos ensaios de corpos-de-prova e ao atendimento das especificações do memorial.

8.8. Encerramento contratual, garantias e transição

Ao término da execução, a contratada deverá entregar ao Município o conjunto documental final, incluindo ART's, registro no Cadastro Nacional de Obras (CNO), caso aplicável, relatórios consolidados de controle tecnológico, laudos de ensaios, lista de painéis executados, registros fotográficos e memorial executivo.

Será exigida garantia mínima contratual para execução dos serviços, nos termos definidos no ETP/TR, com prazos e responsabilidades que assegurem a correção, sem ônus ao Município, de eventuais vícios construtivos detectados no período de garantia.

Caso seja necessária transição para nova contratada, a empresa vigente deverá garantir continuidade técnica das frentes em andamento pelo período e nas condições previstas em edital, fornecendo ao sucessor todos os dados e documentos necessários para assegurar a não descontinuidade do serviço.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE

9.1) GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato/ata caberá ao senhor Eder Picoli, prefeito municipal.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo senhor Miguel Piccoli, Secretário de Administração e Planejamento, em observância ao disposto no art. 117 e seguintes da Lei 14.133/2021.

A Administração poderá designar outro(s) fiscal(ais), quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à(s) fornecedora(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

A ação de fiscalização não exonera a(s) contratada(s) de suas responsabilidades contratuais.



9.2) MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.2.1) DA FISCALIZAÇÃO

9.2.1.1) A forma de solicitação dos serviços será mediante emissão Ordem de Serviço;

9.2.1.2) Os serviços deverão ser executados de acordo com as necessidades do município;

9.2.1.3) A Administração Municipal reserva-se o direito de realizar verificações *in loco*, a qualquer tempo, para confirmar a efetiva qualidade dos serviços nos termos contratados.

9.2.1.4) Durante a vigência do contrato, a empresa fica obrigada a prestar os serviços de acordo com o valor proposto, nas quantidades solicitadas e nos prazos estipulados no Edital.

9.2.1.5) O fiscal do contrato acompanhará a execução do instrumento, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.2.1.6) O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.2.1.7) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção.

9.2.1.8) O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.2.1.9) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.2.1.10) O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

9.2.1.11) O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.2.1.12) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.2.2) DA GESTÃO

9.2.2.1) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do instrumento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.2.2.2) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do instrumento, de todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.2.2.3) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.2.2.4) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.2.2.5) O gestor do contrato poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.2.2.6) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato/ata.

10. DAS OBRIGAÇÕES:

10.1) OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;

b) Acompanhar e fiscalizar, por meio de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

- c) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da publicação deste instrumento contratual;
- d) Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados neste Edital;
- e) Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento da obra;
- f) Efetuar retenção de 4% do ISS.

10.2) OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a) Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, bem como demais elementos técnicos fornecidos, conforme estabelecido neste Edital de Tomada de Preço, responsabilizando-se pela boa execução e eficiência dos serviços, bem como o fornecimento de materiais e mão de obra;
- b) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados ou equipamentos nos locais de trabalho;
- c) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;
- d) Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;
- e) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- f) Fornecer sempre que solicitado os comprovantes de pagamento de empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- g) Efetuar o pagamento das despesas referentes a taxas e registros em órgãos competentes, bem como cópias dos projetos necessários à obra;
- h) Não transferir a terceiros, quer através de subcontratação, cessão, locação ou qualquer forma de terceirização ou repasse total ou parcial dos serviços objeto deste procedimento licitatório;
- i) Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo com o Município, bem como demais tributos;
- j) Obter todas as licenças e franquias para execução dos serviços propostos;
- k) Efetuar o pagamento de todos os emolumentos e taxas necessárias, prescritas em lei, e observar os códigos de postura referentes aos serviços objeto do Edital;
- l) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro Responsabilidade técnica (RRT) do profissional responsável pela execução da obra;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- m) Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra de forma discriminada;
- n) Apresentar Diário de Obras mensal;
- o) Apresentar cópia da matrícula da obra no CNO.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

O pagamento será feito mensalmente pela Prefeitura de acordo com o cronograma sendo que as notas entregues até o dia 20 serão pagas até o dia 30, as notas entregues até o dia 30 serão pagas até o dia 10 e as notas entregues até dia 10 serão pagas até o dia 20.

Nos seguintes regimes de execução, que são licitados por preço global, adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários (art. 46, § 9º):

- I** - Empreitada por preço global;
- II** - Empreitada integral;
- III** - Contratação por tarefa;
- IV** - Contratação integrada;
- V** - Contratação semi-integrada.

A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e da aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores (art. 46, § 8º).

Fica assegurado o direito à contratada de solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato a ser firmado, caso ocorra alteração na carga tributária efetiva suportada, em decorrência da reforma tributária.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 Para os materiais:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Os fornecedores serão escolhidos mediante processo licitatório, na modalidade de Pregão, por Menor Preço, conforme previsão do art. 6º, XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo este na forma Eletrônica.

A forma de seleção do fornecedor acima especificada, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, foi definida, *a priori*, mediante a realização dos estudos anteriores descritos no ETP e demais documentos inerentes a esta contratação.

Ressalta-se que a mesma pode ser modificada, após análise pela autoridade competente e pelo Setor Jurídico, a fim de adequar a fundamentação legal cabível para a contratação ora pretendida, tendo em vista tratar-se de conteúdo de natureza técnica/legal.

Portanto, a forma de seleção do fornecedor, a princípio, é sugestiva, cabendo a decisão final à Alta Administração e Setores Técnicos Competentes, quando da deflagração da fase externa do Processo Licitatório.

12.2 Para a mão de obra:

O fornecedor será escolhido mediante processo licitatório, na modalidade de Concorrência – Empreitada por preço global, por Menor Preço, conforme previsão do art. Art. 6º, XII c/c XXXVIII c/c art. 55, II, “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo esta na forma Eletrônica.

A forma de seleção do fornecedor acima especificada, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, foi definida, *a priori*, mediante a realização dos estudos anteriores descritos no ETP e demais documentos inerentes a esta contratação.

Ressalta-se que a mesma pode ser modificada, após análise pela autoridade competente e pelo Setor Jurídico, a fim de adequar a fundamentação legal cabível para a contratação ora pretendida, tendo em vista tratar-se de conteúdo de natureza técnica/legal.

Portanto, a forma de seleção do fornecedor, a princípio, é sugestiva, cabendo a decisão final à Alta Administração e Setores Técnicos Competentes, quando da deflagração da fase externa do Processo Licitatório.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

Dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 23, que a composição do valor estimado da contratação deverá ser compatível com os praticados pelo mercado, nos seguintes termos:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

[...].

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o **caput** deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.

Para a presente contratação, conforme levantamento inicial realizado via consulta na tabela SINAPI, levando-se em consideração o custo final acrescido do BDI, baseado no art. 23, § 2º, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

Não se considerará, para a licitação, o item 103689 (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS), o qual o município possui licitação para tais materiais e será, portanto, fornecido pela administração.

Tento em vista o acima exposto, chegou-se a um valor estimado de **R\$ 182,46 (cento e oitenta e dois reais com quarenta e seis centavos) ao m² (metro quadrado)**, conforme novamente abaixo se demonstra¹⁶:

¹⁶ Obs.: Esta forma de composição dos referidos custos está melhor demonstrada no Estudo Técnico Preliminar.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Planilha Orçamentária Sintética

Obra/Proprietário:	Prefeitura Municipal de Caibí						
Tipo de Obra:	Pavimentação rígida em Concreto reforçado com fibra						
Área:	5235 m²						
BDI (Construção de Rodovias e Ferrovias Quartil Médio)	20,97%						
					VALOR TOTAL	R\$ 791.701,91	R\$ 957.721,79
Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário s/ BDI	Preço Unitário c/ BDI	Preço Total s/ BDI	Preço Total c/ BDI
1 - SERVIÇOS PRELIMINARES							
103689	1. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	4,5	R\$ 468,19	R\$ 566,37	R\$ 2.106,86	R\$ 2.548,66
					Subtotal	R\$ 2.106,86	R\$ 2.548,66
2 - PAVIMENTAÇÃO							
103904	2.1 EXECUÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO SIMPLES (PCS), FCK = 35 MPA, ESPESSURA DE 15,0 CM. AF_04/2022	m²	5235	150,83	R\$ 182,46	R\$ 789.595,05	R\$ 955.173,13
					Subtotal	R\$ 789.595,05	R\$ 955.173,13

CAIBI – SC, 10 de Dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente
BRUNO BUGS
Data: 10/12/2025 11:11:35-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Bruno Bugs

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Caibí – CREA/SC 220158-3

Observações:

- O valor do material e mão de obra foi obtida através da tabela do SINAPI – SETEMBRO/2025 – Sem Desoneração
- O BDI considerado foi de 20,97% correspondente ao Quadril Médio das Construções de Rodovias e Ferrovias

Entretanto, em que pese a Lei elencar prioritariamente esta forma de levantamento de valores, a alta administração pode se utilizar de outros parâmetros, especialmente levando em consideração as características da obra/serviço e a economicidade, também conforme autorizado pelo parágrafo terceiro do mesmo dispositivo:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

[...].

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

[...].

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o **caput** deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

[...].

Por este motivo, procedeu-se à coleta de valores via orçamentação, a fim de se cotejarem os mesmos aos valores constantes na Tabela SINAPI,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

comparando-se estes com a finalidade de se obterem as condições mais vantajosas à contratação.

O memorial de cálculo, com a descrição sintética dos valores, cotações realizadas, bem como os demais documentos decorrentes da presente consulta, consta anexo e como memória descritiva ao presente estudo. Como a comparação será feita em relação à tabela SINAPI, ou seja, já tendo em consideração a existência de um referencial de valores, **optou-se por utilizar o menor valor obtido junto às cotações pesquisadas para servir como referencial de preços neste caso.**

Tendo isso em vista, após a referida cotação junto a potenciais fornecedores e pesquisas junto a contratações semelhantes por outros entes públicos da região, ao se cotejarem os valores referidos, foram obtidos os seguintes montantes globais, conforme descrição detalhada elaborada pelo setor de engenharia:

Planilha Orçamentária Sintética							
Obra/Proprietário:	Prefeitura Municipal de Caibí						
Tipo de Obra:	Pavimentação rígida em Concreto reforçado com fibra						
Área:	5235 m²						
BDI Construção de Rodovias e Ferrovias quartil médio	20,97%						
BDI Mero Fornecimento de Materiais 1º Quartil	11,10%						
				VALOR TOTAL	R\$ 635.507,61	R\$ 717.077,67	
Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário s/ BDI	Preço Unitário c/ BDI	Preço Total s/ BDI	Preço Total c/ BDI
1 - SERVIÇOS PRELIMINARES							
103689 *	1. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	4,5	R\$ 468,19	R\$ 566,37	R\$ 2.106,86	R\$ 2.548,67
				Subtotal	Subtotal	R\$ 2.106,86	R\$ 2.548,67
2 - PAVIMENTAÇÃO							
C01	2.1 CONCRETO PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO RÍGIDA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE PROJETO	m³	629	R\$ 800,00	R\$ 888,80	R\$ 503.200,00	R\$ 559.055,20
C02	2.2 MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO RÍGIDA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE PROJETO	m²	5235	R\$ 21,00	R\$ 25,40	R\$ 109.935,00	R\$ 132.969,00
C03	2.3 BARRA DE TRANSFERENCIA Ø16,00mm DE 35cm EM AÇO CA - 25 LISO	Unidade	960	R\$ 7,75	R\$ 8,61	R\$ 7.440,00	R\$ 8.265,60
C04	2.4 LONA PLÁSTICA EXTRA FORTE PRETA, E = 200 MICRAS, ROLO DE 6x100m	m²	5235	R\$ 2,45	R\$ 2,72	R\$ 12.825,75	R\$ 14.239,20
				Subtotal	Subtotal	R\$ 633.400,75	R\$ 714.529,00

CAIBÍ - SC, 12 de Dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente

gov.br

BRUNO BUGS
Data: 12/12/2025 13:04:45-0300
Verifique em <https://validar.st.gov.br>

Bruno Bugs

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Caibí - CREA/SC 220158-3

Observações:

- O código com * tem como referência a tabela da SINAPI do mês de Setembro de 2025
- O valor dos outros materiais e a mão de obra foram obtidos através de cotações realizadas com empresas da região
- O BDI para mão de obra considerado foi de 20,97% quartil médio do acórdão 2622/2013 TCU de Construção de Rodovias e Ferrovias devido aos maiores riscos e custos para elaboração.
- O BDI para os materiais foi considerado 11,10% 1º Quartil do acórdão 2622/2013 TCU de Mero Fornecimento de materiais devido aos baixos riscos e custos envolvidos.

Tanto na composição via Tabela SINAPI quanto na composição via Tabela Própria, utilizar-se-ão os valores considerados aqueles com a



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

composição do BDI, conforme orientação do Tribunal de Contas da União (TCU)¹⁷, para fins de licitação desta natureza.

Neste sentido:

- O BDI para mão de obra considerado foi de 20,97% quartil médio do acórdão 2622/2013 TCU de Construção de Rodovias e Ferrovias devido aos maiores riscos e custos para elaboração.
- O BDI para os materiais foi considerado 11,10% 1º quartil do acórdão 2622/2013 TCU de Mero Fornecimento de materiais devido aos baixos riscos e custos envolvidos.

Novamente, ressalta-se que não se considerará, para a licitação, o item 103689 (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS), o qual o município possui licitação para tais materiais e será, portanto, fornecido pela administração.

Tendo isso em vista, resumidamente, tem-se os seguintes valores totais obtidos:

- a) Composição via Tabela SINAPI (c/ BDI e sem considerar o item 103689): **R\$ 955.173,13 (novecentos e cinquenta e cinco mil, cento e setenta e três reais com treze centavos) ou R\$ 182,46 (cento e oitenta e dois reais com quarenta e seis centavos) ao m² (metro quadrado).**
- b) Composição via Cotação Própria (c/ BDI e sem considerar o item 103689): **R\$ 658.673,80 (Seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e setenta e três reais e oitenta centavos) ou R\$ 125,82 (Cento e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos) ao m² (metro quadrado).**

Comparativamente, nota-se um deságio de 31,04% (trinta e um vírgula quatro por cento), quando comparados os valores da composição própria com os obtidos via Tabela SINAPI, ou efetivamente, uma diferença de valores no montante de R\$ 296.499,33 (Duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos).

Por este motivo, para a presente licitação, serão utilizados, para fins de parâmetro máximo de preços aceitáveis, aqueles obtidos por meio de

¹⁷ Conforme Acórdão nº 2622/2013 do TCU. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*NUMACORDAO%253A2622%2520ANOACORDAO%253A2013%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOI NT%2520desc/0. Acesso em 02 de dezembro de 2025.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

composição própria, conforme abaixo se demonstra de forma pormenorizada,
acrescidos dos respectivos índices de BDI:

Item	Qtd	Und	Descrição	VI. Unit. (c/BDI)	VI. Total (c/BDI)
1	5235	M²	Mão de obra para pavimentação em concreto, conforme as especificações técnicas e o projeto executivo fornecido pelo município de Caibi/SC, sendo que os serviços compreendem a aplicação do concreto com espessura definida em projeto, incluindo o fornecimento e utilização de formas metálicas ou em fibra, compatíveis com a espessura e dimensões da via, devidamente niveladas e alinhadas para garantir o correto acabamento e a conformidade com o projeto técnico. A execução deverá atender às seguintes condições mínimas: - aplicação do concreto sobre base devidamente preparada e regularizada, com a instalação de lona plástica entre a base e o pavimento, conforme orientação técnica; - o concreto deverá ser vibrado mecanicamente, com o uso de vibradores de imersão, garantindo a perfeita compactação, evitando vazios e proporcionando maior resistência e durabilidade ao pavimento; - o nivelamento e acabamento deverão ser realizados com régua vibratória treliçada, de tamanho suficiente para atender à largura total	R\$ 25,40	R\$ 132.969,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			da pista a ser pavimentada, assegurando planicidade e caimento conforme o projeto além de acabamento com desempenho; - deverá ser feita a instalação de barras de transferência, conforme as especificações e dimensões definidas no projeto, de modo a garantir a adequada transferência de cargas entre as placas de concreto; - após a cura inicial, deverá ser executado o corte das juntas de retração e dilatação, conforme especificações do projeto, com equipamentos adequados que garantam cortes uniformes e precisos; - deverá ser realizada a aplicação de cura química em toda a superfície do pavimento, de forma homogênea e contínua, a fim de evitar a perda precoce de água e garantir o ganho adequado de resistência do concreto. - todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da ABNT, especificações do DNIT e demais legislações aplicáveis, sob supervisão técnica e acompanhamento da equipe de engenharia do município.		
2	629	M³	Concreto usinado mínimo fk 30, reforçado com fibra de polipropileno CRF50/4 (45mm), resistente à alcalinidade para garantir a durabilidade do concreto, deve atender aos seguintes requisitos: - adicionamento de redutor de retração de 8,0 kg/m³ ; - resistência mínima à compressão de 30 MPA aos 28 dias; - teor mínimo de 4,5	R\$ 800,00	R\$ 503.200,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		kg/m³ de fibra de polipropileno CRF50/4; - módulo de elasticidade da macro fibra entre 6 e 9 GPA; - apresentação de laudo de acordo com a norma NBR 16940; - atendimento aos resultados mínimos definidos na norma de ensaio NBR 16940. <table><tr><th>CARACTERÍSTICAS</th><th>Unid.</th><th>Valor</th></tr><tr><td>1.Resistência à Compressão (fck)</td><td>MPa</td><td>30</td></tr><tr><td>2.Resistência Tração na Flexão (fctM,K)</td><td>MPa</td><td>4,2</td></tr><tr><td>3.Abatimento (Slump Test)</td><td>mm</td><td>100 a 120</td></tr><tr><td>4.Módulo de Elasticidade</td><td>GPa</td><td>Entre 26 e 30</td></tr><tr><td>5.Teor de ar incorporado</td><td>%</td><td><3,0</td></tr><tr><td>6. Exsudação</td><td>%</td><td><2,0</td></tr><tr><td>7.Retração por secagem</td><td>%</td><td><0,02</td></tr><tr><td>8.Relação Água/Cimento</td><td>-</td><td><0,5</td></tr><tr><td>9.Tempo de início de pega</td><td>Horas</td><td>Aprox. 4 horas</td></tr><tr><td>10.Teor de Argamassa</td><td>%</td><td>48 a 52</td></tr><tr><td>11.Consumo de Cimento</td><td>Kg/m³</td><td>>350</td></tr><tr><td>12. Aditivo Redutor de Retração</td><td>Kg/m³</td><td>8</td></tr></table> A escolha dos materiais utilizados para a produção do concreto deverá ser orientada pelas normas e princípios da ABNT. Deverá ser empregado cimento tipo CP-II. Os cimentos com elevados teores de adições devem ser evitados por serem problemáticos na fase de acabamento do concreto. Os agregados miúdos deverão ser preferencialmente em areia natural de origem quartzosa, de granulometria média a grossa, ou areia artificial oriunda da britagem de rochas, convenientemente dosada com areia natural para corrigir deficiências de finos. Deve-se atentar para o fato de que o agregado miúdo irá afetar basicamente a trabalhabilidade do concreto sendo que, se for empregado material muito fino, irá facilitar as operações de acabamento; mas com aumento da demanda de água, no outro extremo, a adoção de areias grossas dificulta o	CARACTERÍSTICAS	Unid.	Valor	1.Resistência à Compressão (fck)	MPa	30	2.Resistência Tração na Flexão (fctM,K)	MPa	4,2	3.Abatimento (Slump Test)	mm	100 a 120	4.Módulo de Elasticidade	GPa	Entre 26 e 30	5.Teor de ar incorporado	%	<3,0	6. Exsudação	%	<2,0	7.Retração por secagem	%	<0,02	8.Relação Água/Cimento	-	<0,5	9.Tempo de início de pega	Horas	Aprox. 4 horas	10.Teor de Argamassa	%	48 a 52	11.Consumo de Cimento	Kg/m³	>350	12. Aditivo Redutor de Retração	Kg/m³	8		
CARACTERÍSTICAS	Unid.	Valor																																									
1.Resistência à Compressão (fck)	MPa	30																																									
2.Resistência Tração na Flexão (fctM,K)	MPa	4,2																																									
3.Abatimento (Slump Test)	mm	100 a 120																																									
4.Módulo de Elasticidade	GPa	Entre 26 e 30																																									
5.Teor de ar incorporado	%	<3,0																																									
6. Exsudação	%	<2,0																																									
7.Retração por secagem	%	<0,02																																									
8.Relação Água/Cimento	-	<0,5																																									
9.Tempo de início de pega	Horas	Aprox. 4 horas																																									
10.Teor de Argamassa	%	48 a 52																																									
11.Consumo de Cimento	Kg/m³	>350																																									
12. Aditivo Redutor de Retração	Kg/m³	8																																									



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			acabamento, tornando a mistura áspera e favorecendo a exsudação do concreto (muito embora possa ocorrer redução do volume de água). Agregado graúdo deve ser formado pela mistura apropriada das britas 1 e 2 de maneira a formar uma granulometria aproximadamente contínua e com baixo volume de vazios. Os agregados deverão obedecer aos requisitos das normas de ABNT.		
3	960	Und	Barra de Transferência Ø16,00mm DE 35cm em aço CA – 25 liso	R\$ 8,61	R\$ 8.265,60
4	523 5	M²	Lona plástica extra forte preta, e = 200 micras	R\$ 2,72	R\$ 14.239,20

Os preços unitários referenciais, orçamentos e documentos que lhe são correlatos, bem como a memória de cálculo e os demais documentos que balizaram a referência de preços seguem anexos ao presente processo.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2025.

Fonte	Desp	Projeto Atividade	Nome do Projeto/Atividade	Elemento	Descrição do Elemento
170170 000012	1965	22.0661.00 20.1024	Infraestrutura do Perímetro Industrial	3449	Outras obras e instalações

Os recursos financeiros serão de convenio estadual.

15. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO.

Os produtos deverão ser entregues e os serviços deverão ser executados diretamente no local da execução da obra, na Área Industrial do município de Caibí, sito à Linha Rosário, s/n, interior, conforme os projetos, memoriais descritivos, cronogramas e demais anexos, em horário comercial.

O objeto será recebido (art. 140, caput da Lei nº 14.133/2021):

I - Em se tratando de obras e serviços:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - Em se tratando de compras:

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

O recebimento do objeto deverá ser realizado, ainda, observando-se integralmente o que dispõe o Decreto Municipal nº 259/2022, de 24 de outubro de 2022, o qual “dispõe sobre o método e prazos para recebimentos provisório e definitivo dos objetos contratados pela Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do município de Caibi/SC”.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

16. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

Será exigida garantia mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos construtivos, em conformidade com o Código Civil, art. 618, abrangendo vícios de execução e de materiais, incluindo a obrigação da contratada em reparar e/ou substituir o que não for entregue como se espera ou como foi planejado.

Subsidiariamente, será aplicado ao fornecimento dos produtos as disposições contidas nos termos do art. 26, inciso I, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como as disposições seguintes, sem prejuízo das previsões legais da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicáveis às contratações públicas.

Aplica-se, ainda, de forma subsidiária, as disposições previstas no art. 19 e seguintes da Lei nº 8.078/1990, no que tange aos elementos da contratação a ser firmada, em especial, quanto à qualidade dos produtos prestados.

17. CONCLUSÃO

Com base nas justificativas e nas especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é VIÁVEL, atendendo aos padrões e preços de mercado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Conclusivamente, tendo em vista o anteriormente exposto, o responsável por este estudo posiciona-se **FAVORÁVEL** à pretendida contratação, desde que haja recursos financeiros disponíveis.

Observe-se, por fim, que o presente documento, sob total e irrestrita responsabilidade do signatário abaixo, o qual responde juridicamente e tecnicamente pelas informações prestadas, inclusive nas áreas cível, administrativa e penal, independente da ajuda de terceiros na elaboração do mesmo, principalmente nos aspectos técnicos, apresenta-se como instrumento anterior à fase licitatória e/ou de dispensa/inexigibilidade, ressaltando-se que o mesmo foi desenvolvido, onde necessário e com as devidas correções, com ajuda de inteligência artificial, tendo em vista a escassez de recursos humanos no âmbito do poder executivo, especialmente, com conhecimento técnico necessário para a elaboração do presente documento.

Encaminha-se este documento para aprovação do prefeito municipal.

Caibi – SC, em 22 de dezembro de 2025.

MIGUEL PICCOLI

Secretaria de Administração e Planejamento

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

(x) Aprova-se o presente Termo de Referência. Encaminhe-se para as providências cabíveis, a fim de dar continuidade à contratação.

() Não aprovado. Encaminhe-se para as correções necessárias, conforme apontamentos anexos.

Data: ____/____/____

EDER PICOLI

Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

- a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação (art. 14, IV);
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si (art. 14, V);
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);
- h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);
- i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);
- j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);
- k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

ANEXO IV

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFIDENCIALIDADE E OUTRAS AVENÇAS

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede, neste ato representada pelo seu representante legal. CPF XXXXX.....("Parte Receptora"), Declara que cumpre as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a manutenção do mais absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação relacionada a dados pessoais e dados pessoais sensíveis, que a Parte Receptora vier a ter acesso em decorrência da execução do objeto .
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO RÍGIDA EM CONCRETO REFORÇADO COM FIBRA NA ÁREA INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE CAIBI, TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E DEMAIS ANEXOS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

2.1. Para todos os efeitos deste instrumento, serão consideradas confidenciais, todas as informações relacionadas à concorrência o Município de Caibi, doravante denominado como Parte Receptora, vier a ter acesso, em decorrência dos serviços prestados à Parte Reveladora ("Informações Confidenciais").

2.1.1. Serão, ainda, consideradas Informações Confidenciais todas as informações que assim forem identificadas pelo Município de Caibi, Parte Reveladora, pelas legislações aplicáveis (inclusive a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados "LGPD") ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade da Parte Reveladora.

2.2. A revelação das Informações Confidenciais não representa a concessão de qualquer tipo de licença explícita ou de qualquer outra natureza, nem de direitos de qualquer espécie para a Parte Receptora.

2.3. A Parte Receptora se compromete a:

- a)** Utilizar as Informações Confidenciais com o propósito restrito de desempenhar suas atividades junto à Parte Reveladora;
- b)** Não utilizar tais informações em seu próprio benefício e/ou para qualquer propósito que não aquele para o qual foram reveladas, abstando-se de divulgar, publicar, fazer circular, produzir cópia ou efetuar *backup*, por qualquer meio ou forma, de qualquer documento ou informação confidencial;
- c)** Zelar para que referidas informações não sejam divulgadas ou reveladas a terceiros, utilizando-se, no mínimo do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias Informações Confidenciais;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

- d) A não revelar as Informações Confidenciais a quaisquer terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização da Parte Reveladora. Ainda, em caso de revelação das informações, a Parte Receptora se compromete, desde já, a repassar todas as obrigações descritas neste instrumento aos que vierem a ter acesso a tais informações, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos; e,
- e) Informar imediatamente à Parte Reveladora qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido ou que venha a ocorrer por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

2.4. As obrigações estabelecidas neste instrumento não serão aplicáveis a quaisquer Informações Confidenciais que:

- a) Anteriormente ao seu recebimento pela Parte Receptora tenham tornado-se públicas ou chegado ao poder da Parte Receptora por uma fonte que não a Parte Reveladora; ou
- b) Após o recebimento pela Parte Receptora, tenham tornado-se públicas por qualquer meio que não como consequência de uma violação de sua obrigação aqui prevista.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1. Serão aplicáveis a este instrumento, as “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” que significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 – LGPD, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.

3.2. A Parte Receptora declara-se ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela Parte Reveladora e seus clientes (“dados protegidos”), exclusivamente para a prestação dos serviços.

3.3. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei nº 13.709/2018 – LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

3.4. A Parte Receptora somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da Parte Reveladora, a fim de cumprir suas obrigações para a prestação dos serviços, jamais para qualquer outro propósito.

3.5. A Parte Receptora tratará os dados pessoais em nome da Parte Reveladora e de acordo com as instruções escritas fornecidas pela Parte Reveladora. Caso a Parte Receptora considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a Parte Receptora prontamente notificará a Parte Reveladora e aguardará novas instruções.

3.6. Se aplicável, a Parte Receptora se certificará que qualquer terceiro sob sua responsabilidade agirá de acordo com este instrumento, as Leis Aplicáveis à Proteção



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

de Dados e as instruções transmitidas pela Parte Reveladora. A Parte Receptora se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

3.7. Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente da Parte Receptora relativas ao tratamento de dados pessoais, a Parte Receptora submeterá esse pedido à apreciação da Parte Reveladora. A Parte Receptora não poderá, sem instruções prévias da Parte Reveladora, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Este instrumento poderá ser alterado somente mediante a celebração de Termo Aditivo.

4.2. A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste instrumento não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

4.3. O não exercício pelas partes de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstos neste instrumento ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações ora estabelecidas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independentemente de comunicação prévia à parte.

4.4. O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título e tempo.

4.5. A Parte Receptora declara que os serviços serão prestados de acordo com todas as legislações, princípios e normas aplicáveis, inclusive a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

4.6. Os efeitos deste instrumento retroagem à data que a Parte Receptora teve acesso à primeira informação confidencial relacionada à Concorrência nº **006/2025**, sendo que todas as obrigações aqui estabelecidas permanecerão válidas até que a Parte Reveladora autorize (por escrito) a revelação da informação confidencial, observado, ainda, o disposto nas legislações vigentes (inclusive a Lei nº 13.709/2018 – LGPD).

4.7. As partes declaram e reconhecem que são entidades totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste instrumento poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre as partes, bem como entre os empregados de uma parte e a outra parte.

4.8. Através deste instrumento, a Parte Receptora cede à Parte Reveladora todos os direitos patrimoniais de autor a ela pertencente, decorrentes dos serviços prestados.

4.9. A inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a Parte Receptora ao pagamento ou ressarcimento, de todas as perdas e danos, materiais e morais, lucros cessantes, nos termos das legislações vigentes.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. Fica eleito o Foro da Comarca de palmitos, Estado de Santa Catarina, como único competente para dirimir as controvérsias resultantes deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, a Parte Reveladora assina o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, para que produza todos os efeitos.

Local e data

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

ANEXO V

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

ANEXO VI
PROPOSTA

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Por fim, declara nos termos do art. 45 da Lei nº 14.133/2021, que na execução da obra/serviço de engenharia respeitará, especialmente, as normas relativas a:

1. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
2. Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
3. Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
4. Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
5. Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

**(PROPOSTA DEVE SER ANEXADA JUNTO A ESTE DOCUMENTO
CONFORME A PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS CONSTANTE NO
PROJETO BÁSICO)**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

ANEXO VII

ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da Concorrência Eletrônica nº 021/2025, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que até a presente data, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em consonância com o que dispõe o inciso VI, do artigo 68, da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**ANEXO X
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA FACULTATIVA**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal, relativamente à Concorrência Eletrônica Nº 021/2025, atesta que realizou a visita técnica facultativa, realizada no dia __/__/____, com a finalidade de conhecer e verificar o local a ser executada a obra prevista no edital em epígrafe e seus anexos, nas condições em que se encontram, com o objetivo de permitir a verificação das condições locais, para avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do OBJETO da licitação, meios de acesso ao local e obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários para a adequada execução da obra, estando ciente dos riscos e consequências envolvidos para a realização da mesma.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

OU ALTERNATIVAMENTE

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal, relativamente à Concorrência Eletrônica Nº 021/2025, pelo presente instrumento, declara que:

- (i) decidiu não realizar a visita técnica com a finalidade de objetivo de permitir a verificação das condições locais, para avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do OBJETO da licitação, meios de acesso ao local e obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários para a adequada execução da obra; e
- (ii) declara possuir ciência da possibilidade de realizar a visita técnica e tomar conhecimento do local, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a PROPOSTA COMERCIAL sem realizar a visita técnica.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

ANEXO XI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1218/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 021/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAIBI, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua dos Imigrantes, nº 499, centro, na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina, CEP 89888-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.940.776/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **EDER PICOLI**, inscrito no CPF sob o Nº ***.627.519-** e portador da Cédula de Identidade Nº *.619.***, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato, representada pelo(a) Sr(a). _____, portador do documento de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, doravante identificada apenas como **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS
(art. 92, I)

1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO RÍGIDA EM CONCRETO REFORÇADO COM FIBRA NA ÁREA INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE CAIBI, TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E DEMAIS ANEXOS.

Item	Qtd	Und	Descrição
1	5235	M²	Mão de obra para pavimentação em concreto, conforme as especificações técnicas e o projeto executivo fornecido pelo município de Caibi/SC, sendo que os serviços compreendem a aplicação do concreto com espessura definida em projeto, incluindo o fornecimento e utilização de formas metálicas ou em fibra, compatíveis com a espessura e dimensões da via, devidamente niveladas e alinhadas para garantir o correto acabamento e a conformidade com o projeto técnico.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			A execução deverá atender às seguintes condições mínimas: - aplicação do concreto sobre base devidamente preparada e regularizada, com a instalação de lona plástica entre a base e o pavimento, conforme orientação técnica; - o concreto deverá ser vibrado mecanicamente, com o uso de vibradores de imersão, garantindo a perfeita compactação, evitando vazios e proporcionando maior resistência e durabilidade ao pavimento; - o nivelamento e acabamento deverão ser realizados com régua vibratória treliçada, de tamanho suficiente para atender à largura total da pista a ser pavimentada, assegurando planicidade e caimento conforme o projeto além de acabamento com desempeno; - deverá ser feita a instalação de barras de transferência, conforme as especificações e dimensões definidas no projeto, de modo a garantir a adequada transferência de cargas entre as placas de concreto; - após a cura inicial, deverá ser executado o corte das juntas de retração e dilatação, conforme especificações do projeto, com equipamentos adequados que garantam cortes uniformes e precisos; - deverá ser realizada a aplicação de cura química em toda a superfície do pavimento, de forma homogênea e contínua, a fim de evitar a perda precoce de água e garantir o ganho adequado de resistência do concreto. - todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da ABNT, especificações do DNIT e demais legislações aplicáveis, sob supervisão técnica e acompanhamento da equipe de engenharia do município.
2	629	M ³	Concreto usinado mínimo FCK 30, reforçado com fibra de polipropileno crf50/4 (45mm), resistente à alcalinidade para garantir a durabilidade do concreto, deve atender aos seguintes requisitos: - adicionamento de redutor de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		retração de 8,0 kg/m³; - resistência mínima à compressão de 30 mpa aos 28 dias; - teor mínimo de 4,5 kg/m³ de fibra de polipropileno CRF 50/4; - módulo de elasticidade da macro fibra entre 6 e 9 GPA; - apresentação de laudo de acordo com a norma NBR 16940; - atendimento aos resultados mínimos definidos na norma de ensaio NBR 16940. CARACTERÍSTICAS Unid. Valor 1.Resistência à Compressão (fck) MPa 30 2.Resistência Tração na Flexão (fctM,K) MPa 4,2 3.Abatimento (Slump Test) mm 100 a 120 4.Módulo de Elasticidade GPa Entre 26 e 30 5.Teor de ar incorporado % <3,0 6. Exsudação % <2,0 7.Retração por secagem % <0,02 8.Relação Água/Cimento - <0,5 9.Tempo de início de pega Horas Aprox. 4 horas 10.Teor de Argamassa % 48 a 52 11.Consumo de Cimento Kg/m³ >350 12. Aditivo Redutor de Retração Kg/m³ 8 A escolha dos materiais utilizados para a produção do concreto deverá ser orientada pelas normas e princípios da ABNT. Deverá ser empregado cimento tipo CP-II. Os cimentos com elevados teores de adições devem ser evitados por serem problemáticos na fase de acabamento do concreto. Os agregados miúdos deverão ser preferencialmente em areia natural de origem quartzosa, de granulometria média a grossa, ou areia artificial oriunda da britagem de rochas, convenientemente dosada com areia natural para corrigir deficiências de finos. Deve-se atentar para o fato de que o agregado miúdo irá afetar basicamente a trabalhabilidade do concreto sendo que, se for empregado material muito fino, irá facilitar as operações de acabamento; mas com aumento da demanda de água, no outro extremo, a adoção de areias grossas dificulta o acabamento, tornando a mistura áspera e favorecendo a exsudação do concreto (muito embora possa ocorrer redução do volume de água). Agregado graúdo deve ser formado pela mistura apropriada das britas 1 e 2 de maneira a formar uma granulometria aproximadamente contínua e com baixo
--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

			volume de vazios. Os agregados deverão obedecer aos requisitos das normas de ABNT.
3	960	Und	Barra de Transferência Ø16,00mm DE 35cm em aço CA – 25 liso
4	5235	M²	Lona plástica extra forte preta, e = 200 micras

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, II)

1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 1218/2025, Concorrência Eletrônica nº 021/2025, homologada em __/__/2025, e à proposta do licitante vencedor _____.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)

No seguinte regime de execução, que são licitados por preço global, adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários (art. 46, § 9º).

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

1. PREÇO: R\$ _____ (_____).
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado de acordo com a medição, feito por engenheiro responsável pela fiscalização, sendo que as notas entregues até o dia 20 serão pagas até o dia 30, as notas entregues até o



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

dia 30 serão pagas até o dia 10 e as notas entregues até dia 10 serão pagas até dia 20

3. CRITÉRIOS: Mediante apresentação das notas e efetiva comprovação de prestação dos serviços contratados, após conferência e recebimentos provisório e definitivo pelo fiscal de contrato e demais responsáveis

4. DATA-BASE: 18/11/2025 (conforme orçamento anexo).

5. PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS: 12 meses

6. CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO: Mediante solicitação escrita do contratado.

O contrato terá seu preço reajustado pelo índice IPCA com data-base vinculada à data do orçamento estimado (art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA SEXTA: OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO (art. 92, VI)

1. CRITÉRIOS DA MEDIÇÃO: CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO A SER FEITO POR ENGENHEIRO RESPONSÁVEL.

2. PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO: CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO A SER FEITO POR ENGENHEIRO RESPONSÁVEL.

3. PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO: Conforme item 2 da cláusula quinta do contrato.

4. PRAZO PARA PAGAMENTO: Conforme item 2 da cláusula quinta do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: OS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, VII)

1. PRAZO DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO: APÓS ORDEM DE SERVIÇO.

2. PRAZO DE CONCLUSÃO: 180 dias após a ordem de execução.

3. PRAZO DE ENTREGA: 180 dias após a ordem de execução.

4. VIGÊNCIA CONTRATUAL: O presente instrumento entrará em vigor a partir de sua assinatura, até 31 dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. PRAZO DE OBSERVAÇÃO: 90 DIAS

5. PRAZO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO: Obras e Serviços de Engenharia: o recebimento definitivo ocorrerá em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)

8.1. Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2026.

Fonte	Desp	Projeto Atividade	Nome do Projeto/Atividade	Elemento	Descrição do Elemento
170170 000012	1965	22.0661.00 20.1024	Infraestrutura do Perímetro Industrial	3449	Outras obras e instalações

8.2. Os recursos financeiros serão de convênio com Governo do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPARAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (art. 92, X)

15 dias após a protocolação do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XI)

15 dias após a protocolação do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.

O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (art. 92, XIV)

1. Obrigações do CONTRATADO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

- a) Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, bem como demais elementos técnicos fornecidos, conforme estabelecido neste Edital de Tomada de Preço, responsabilizando-se pela boa execução e eficiência dos serviços, bem como o fornecimento de materiais e mão de obra;
- b) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados ou equipamentos nos locais de trabalho;
- c) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;
- d) Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;
- e) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- f) Fornecer sempre que solicitado os comprovantes de pagamento de empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- g) Efetuar o pagamento das despesas referentes a taxas e registros em órgãos competentes, bem como cópias dos projetos necessários à obra;
- h) Não transferir a terceiros, quer através de subcontratação, cessão, locação ou qualquer forma de terceirização ou repasse total ou parcial dos serviços objeto deste procedimento licitatório;
- i) Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo com o Município, bem como demais tributos;
- j) Obter todas as licenças e franquias para execução dos serviços propostos;
- k) Efetuar o pagamento de todos os emolumentos e taxas necessárias, prescritas em lei, e observar os códigos de postura referentes aos serviços objeto do Edital;
- l) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro Responsabilidade técnica (RRT) do profissional responsável pela execução da obra;
- m) Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra de forma discriminada;
- n) Apresentar Diário de Obras mensal;
- o) Apresentar cópia da matrícula da obra no CNO.

2. Obrigações do CONTRATANTE:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

2.1. Além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste Edital e seus anexos, bem como as constantes na Lei Federal nº 8.666/93, cabe ainda à CONTRATANTE:

a) Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;

b) Acompanhar e fiscalizar, por meio de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

c) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da publicação deste instrumento contratual;

d) Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados neste Edital;

e) Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento da obra;

f) Efetuar retenção de 4% do ISS.

3. PENALIDADES CABÍVEIS: CONFORME ITEM 21 DO EDITAL

4. VALORES DAS MULTAS: CONFORME ITEM 21 DO EDITAL

5. BASES DE CÁLCULO: CONFORME ITEM 21 DO EDITAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO (art. 92, XVI)

1. O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)

1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO (art. 92, XVIII)

1. O Gestor responsável, **Sr. Eder Picoli**, Prefeito Municipal, e o fiscal de contrato o Sr. **Miguel Piccoli**, Secretário de Administração e Planejamento.
2. A Administração poderá designar outro(s) fiscal(ais), quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à(s) fornecedora(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.
3. Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.
4. A ação de fiscalização não exonera a(s) contratada(s) de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, *caput* da Lei nº 14.133/2021):
 - a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
 - e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
 - g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
 - i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 1.1.** As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):
- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 2. O CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):
- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
 - b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
 - e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a)** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b)** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c)** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a)** Devolução da garantia;
- b)** Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c)** Pagamento do custo da desmobilização.

4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a)** Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b)** Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c)** Execução da garantia contratual para:
 - i)** Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii)** Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii)** Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv)** Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d)** Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

4.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

4.2. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o **CONTRATANTE**, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**.

2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a)** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b)** O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- c)** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação **CONTRATANTE**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.
 - i)** Eventualmente, podem as partes convencionar que o **CONTRATANTE** será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d)** Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- 3.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- 4.** Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.
- 5.** No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas que regulamenta a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- 6.** A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.
- 7.** A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.
- 8.** As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

10.1. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

11. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstando-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

13. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

14. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 *LGPD).

16.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: FORO (art. 92, § 1º)

1. É declarado competente o foro da sede da Administração Pública Municipal para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a)** Licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;
- b)** Contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;
- c)** Aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: PUBLICAÇÃO

1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

II - Página do Município de Caibi (www.caibi.sc.gov.br);

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);

Caibi – SC, __ de _____ de 2025.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXX
Sócio Proprietário
Contratado

TAISON GASPARIN
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.373

DECLARO que sou Fiscal do presente
Termo Aditivo, recebi uma cópia e
estou incumbindo de fiscalizar o
cumprimento fiel deste documento.

Nome



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

ANEXO XII

AMERIOS (Associação do Município Entre Rios)
BOM JESUS DO OESTE CAIBÍ CAMPO ERÊ CUNHA PORÃ CUNHATÁI FLOR DO SERTÃO IRACEMINHA MARAVILHA MODELO PALMITOS RIQUEZA ROMELÂNDIA SALTINHO SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO SAUDADES SÃO MIGUEL DA BOA VISTA TIGRINHOS